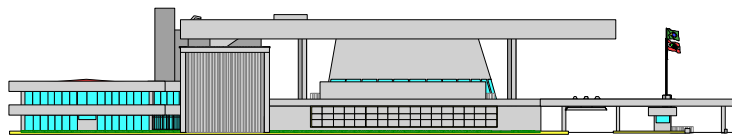


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 25 DE NOVEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.967

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1967
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 049ª Sessão Solene da 16ª
realizada em 19/11/20082
Ata da 091ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 20/11/20085
Ata da 050ª Sessão Solene da 16ª
realizada em 20/11/2008 16

Atos da Mesa

Atos da Mesa DI 19

Publicações Diversas

Avisos de Resultado..... 19
Mensagem Governamental.....20
Ofícios.....20
Parecer Preliminar21
Projetos de Lei22
Projeto de Lei Complementar23
Proposta de Sustação de Ato24
Requerimento.....24

PLENÁRIO

ATA DA 049ª SESSÃO SOLENE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

HOMENAGEM AOS 50 ANOS DE
EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA
PROPOSIÇÃO DEPUTADO SERAFIM VENZON
SUMÁRIO

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Destaca as
duas grandes fases por que passou São João
Batista nos 50 anos de emancipação político-
administrativa.

NELSON ZUNINO NETO - Exalta os bravos
guerreiros que construíram São João Batista e
propugna em favor do desenvolvimento
sustentável.

VEREADOR ELIAS GERMANO MAFEÇOLI -
Demonstra-se honrado com a homenagem do
Poder Legislativo catarinense às autoridades e
ao povo de São João Batista.

PREFEITO ADERBAL MANOEL DOS SANTOS -
Afirma que a homenagem pertence a todos os
batistenses e menciona o grande crescimento
populacional de São João Batista.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta
a presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as
autoridades a seguir nominadas:

Senhor Evandro Carneiro Flora,
diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento
Regional de Brusque, neste ato representando
o governador Luiz Henrique da Silveira;
(Palmas)

Senhor Aderbal Manoel dos Santos,
prefeito municipal de São João Batista;
(Palmas)

Senhor Gilberto Gonçalves Cândido,
vice-prefeito do município de São João Batista;
(Palmas)

Senhor Elias Germano Mafeçoli,
presidente da Câmara de Vereadores do
município de São João Batista;

Senhor Rafael Botan, juiz de Direito
da nossa comarca;

Excelentíssimas autoridades!
Senhoras e senhores!

A presente sessão foi convocada por
solicitação deste deputado, com a aprovação
dos 39 demais parlamentares, em homenagem
ao município de São João Batista, pela
passagem do cinquentenário de sua emanci-
pação político-administrativa.

A seguir teremos a interpretação do
Hino Nacional por Rosimar Maria Fransoi.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Neste momento queremos destacar
a presença das seguintes autoridades:

Senhor Orivan Jarbas Orsi, vice-
prefeito e prefeito eleito do município de Nova
Trento;

Senhor Ademir José Rover, neste ato
representando a deputada Professora Odete
de Jesus;

Senhor Saul Reitz, vereador do
município de São João Batista;

Senhor Carlos Francisco da Silva,
vereador do município de São João Batista;
Senhor Edson César da Silva Ramos,
vereador do município de São João Batista;

Senhor José Natal Vargas, vereador
do município de São João Batista;

Senhor Celso Narcizo Cim, vereador
de São João Batista;

Senhora Maria Elizabeth Zunino
Booz, secretária da Educação do município de
São João Batista;

Senhor Osvaldino Soares, secretário
de Agricultura do município de São João
Batista;

Senhor Osmar Tonini, secretário da
Saúde e Assistência Social do município de
São João Batista;

Senhor Gilberto Adriano Goedert,
secretário da Administração do município de
São João Batista;

Senhor Carlos Simas Rocha,
assessor jurídico do gabinete do prefeito do
município de São João Batista;

Senhor Zilto Vilanova, secretário de
Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
do município de São João Batista;

Senhor Joceli Galliani, secretário de
Infra-Estrutura do município de São João
Batista.

Queremos salientar que as seguintes autoridades que foram convidadas para participar desta cerimônia encaminharam correspondência justificando a ausência e parabenizando São João Batista:

Secretário municipal de Educação de Florianópolis, professor Rodolfo Pinto da Luz, ex-reitor da UFSC;

Secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, deputado Onofre Santo Agostini;

Deputado estadual Darci de Matos;

Deputado estadual Jorginho Mello;

Ex-senador Geraldo Althoff,

secretário executivo de Articulação Nacional;

Deputado federal Edinho Bez;

Secretária de estado da Saúde,

Carmen Emília Bonfá Zanotto;

Prefeito municipal de Florianópolis, em exercício, Rubens Carlos Bita Pereira;

Secretário de estado da Educação,

deputado federal Paulo Bauer.

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

Senhor prefeito municipal, autoridades que compõem a mesa, demais autoridades já nominadas, senhoras e senhores que vêm ao Centro Cultural de São João Batista prestar uma homenagem a este município juntamente com o Poder Legislativo de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"A Assembléia Legislativa vem, através desta sessão solene, reconhecer e agradecer ao povo batistense.

São João Batista completa 164 anos! Esta cerimônia poderia ter sido realizada em 24 de junho por ser o dia do padroeiro; em 19 de julho por ser a data da emancipação político-administrativa, que ocorreu em 1958, motivo desta cerimônia; ou em 25 de outubro por ser o Dia do Sapateiro.

Numa data como esta, intimamos o prefeito, os vereadores, as lideranças sociais, e são os mais citados porque representam todo o povo a quem queremos homenagear. O trabalho de cada um produz o bem individual ou familiar que garante o seu sustento, mas também produz o bem social que podemos resumir em disponibilidade do produto e os impostos através dos quais é construída a infra-estrutura social.

Por isso, nesta data citamos alguns ícones para poupá-los da citação de grande nominata.

São João Batista é feita com a contribuição de milhares de cidadãos. Querer descrever todos seria tentar identificar que grãos de trigo fazem um pão ou que grãos de uva fazem um saboroso vinho. Equivocar-nos-íamos; são muitos, são todos.

São João Batista, nos últimos 50 anos teve duas fases importantes. A primeira como produtora de açúcar. Os empregos decorrentes do plantio da cana-de-açúcar se relacionavam às diversas fases da produção. E São João Batista foi destaque como Capital Estadual do Açúcar. O Grupo Portobelo, com a retirada do subsídio do açúcar, achou melhor suspender a produção por perda da competitividade do seu produto.

E aí veio a segunda fase, a Capital Nacional do Sapato Feminino. Parabenizamos a criatividade dos empreendedores do vale do rio Tijucas e daqueles que para cá vieram, especialmente do vale do rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

Após o encerramento da produção da Usati aconteceu o mesmo que a uma flor que seca: sementes foram espalhadas por todas as ruas e localidades. A criatividade, a organização e o conhecimento administrativo mudaram de setor e transferiram qualidade e força de vontade para o setor calçadista.

São João Batista se desenvolveu muito e cresceu. São João Batista, destaque nacional pela produção de calçados femininos, pela uma biométrica, é a sexta cidade de Santa Catarina que mais cresceu. Conta com mais de 200 fábricas de calçados, 70% femininos; a feira e as lojas trazem milhares de turistas por causa dos preços e da qualidade. Tudo isso pelas mãos de mais de 17 mil habitantes de diversas origens que se instalaram na cidade em busca de um lar para suas famílias.

São João Batista é uma cidade que preza pela educação de seus filhos, que está em busca constante da qualidade de vida e preocupada com a realização e a felicidade de todos os seus cidadãos."

Desta forma, trago aqui as congratulações do Poder Legislativo de Santa Catarina, através de seu presidente, deputado Julio Garcia, e dos demais deputados.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Convido o sr. Nelson Zunino Neto para discorrer sobre a história do cinquentenário de emancipação político-administrativa do município.

O SR. NELSON ZUNINO NETO - Excelentíssimo sr. deputado Serafim Venzon, que conduz os trabalhos desta sessão solene;

Excelentíssimos componentes da mesa;

Demais autoridades já nominadas;

Senhoras e senhores.

É uma honra para São João Batista estar recebendo esta segunda homenagem da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. A primeira foi quando São João Batista foi declarada oficialmente, por lei estadual, pólo calçadista catarinense, a Capital Catarinense do Calçado. Isso muito nos orgulha porque não é um título imerecido, já que São João Batista fez por merecer, o povo batistense é trabalhador.

Em 1958, quando os Estados Unidos lançaram o seu primeiro satélite à Lua, quando ouviamos Nelson Gonçalves, quando era lançada a famosa *Gabriela Cravo e Canela*, São João Batista era emancipada e entrava oficialmente no mundo jurídico catarinense e nacional. E o nosso município de lá para cá muito evoluiu; não tínhamos saúde, não tínhamos estradas, não tínhamos as condições mínimas à época em que São João Batista foi elevada à categoria de cidade.

Desde então muito se fez, muito se lutou, tivemos bravos guerreiros à frente da administração municipal. É preciso lembrar que todos aqueles que passaram pela administração do município desde a sua fundação fizeram o seu trabalho, deram a sua contribuição. A eles o nosso agradecimento! E três deles estão aqui presentes: o ex-prefeito Celso Narcizo Cim, o ex-prefeito Gilberto Gonçalves Cândido e o prefeito atual Aderbal Manoel dos Santos, já reeleito. Graças a eles e a mais tantos homens que lideraram o Poder Executivo municipal, juntamente com a Câmara de Vereadores, sempre com o apoio popular porque sem união não se chega a lugar algum, devemos o desenvolvimento de São João Batista.

Mas temos algo especial em São João Batista que é força do trabalho. Não foi à toa que a nossa cidade foi escolhida, designada, nominada, Capital Catarinense do Calçado. É um pólo calçadista nacional, juntamente com Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, juntamente com Franca, em São Paulo, e hoje tem destaque, pois está num estágio muito diferente daquele em que os sapateiros batiam martelinho nos chamados "esquentas", as pequenas fábricas de fundo de quintal. Hoje nós temos grandes empresas e temos um parque industrial invejável em produção, em qualidade e em conceito empresarial. Realizamos, inclusive, feiras de porte nacional, como é a 7ª Rodada de Negócios, que tem início no dia de hoje e vai até sexta-feira. Eventos dessa natureza engrandecem São João Batista e engrandecem também o estado de Santa Catarina.

Por isso, o desenvolvimento catarinense tem uma participação importante de São João Batista, porque a cidade está crescendo a passos largos, inclusive populacionalmente. Segundo o IBGE, São João Batista foi o município que mais cresceu em população nos últimos tempos.

Nós temos muito ainda por fazer, mas já caminhamos bastante e já podemos desfrutar o mérito desse sucesso todo que a cidade está conquistando. Junto com o sucesso, é claro, vem a responsabilidade e São João Batista tem mostrado, além da força empreendedora, da força do trabalho, sua força política, porque nos últimos tempos tem conseguido agregar valores políticos, agregar forças para trazer recursos, trazer obras, para trazer investimentos.

É notório o excelente relacionamento do prefeito com o governador Luiz Henrique, e isso certamente só traz benefícios à cidade. Quando há um relacionamento na administração, quando há o engajamento de todos de forma suprapartidária, todos ganham. É por isso que São João Batista precisa aproveitar esse momento importante, esse crescimento evidente e tirar disso uma lição. Temos que aproveitar o momento para reivindicar. Agora que São João Batista ocupou a mídia nacional em virtude da urna biométrica, agora que foi um dos três municípios brasileiros que participaram dessa experiência pioneira; agora que a experiência calçadista tem trazido muitos dividendos para a cidade, temos que aproveitar o bom momento, aproveitar o crescimento, o desenvolvimento, para reivindicar mais e mais investimentos para o município; temos que aproveitar este momento em que reunimos políticos do estado de Santa Catarina para reivindicar.

Nós sabemos que o prefeito sabe fazer isso muito bem, pois tem feito ao longo do tempo. Mas não só ele, todos os políticos da cidade e aqueles que, embora não batistenses, conosco têm relação devem aproveitar o momento para reivindicar mais investimentos, mais obras para o município. Porque enquanto muitos dos batistenses estão descansando, estão trabalhando ou divertindo-se, há pessoas ligadas ao setor público que estão trabalhando pela cidade. Um exemplo disso: os servidores municipais que estão na Saúde, na Educação, na Segurança fazem um bom trabalho para melhorar a qualidade de vida da população.

Além disso, há também os administradores, os prefeitos, os secretários. Essas pessoas têm uma responsabilidade muito grande, mas precisam também agregar forças e prestígio para angariar mais investimentos para São João Batista. Esta é a meta acima de qualquer interesse pessoal: pensar no município e fazer com que ele cresça cada vez mais.

Mas São João Batista já avançou muito, podem ter certeza disso. Nós temos 100 anos a menos que a nossa irmã Tijucas, mas temos um desenvolvimento industrial muito mais avançado, mais evidente. São João Batista tem uma vocação industrial inquestionável. Hoje, aqui na 7ª Rodada de Negócios, representantes da indústria do país inteiro comentavam que o nosso município equivalerá, dentro de alguns anos, a Novo Hamburgo, mais moderno até.

Nós devemos ter consciência de que apesar de sermos ainda uma cidade pequena territorial e populacionalmente, temos uma vocação industrial e uma aceleração do crescimento muito grandes. Isso significa que estamos crescendo muito e vamos tornar-nos, rapidamente, uma cidade com uma estrutura metropolitana, com uma estrutura de cidade grande. Esse é o curso natural das coisas e temos que nos preparar para isso.

Agora, com o crescimento também vêm os problemas, e os administradores sabem disso: mais gente para demandar saúde, educação, segurança etc. Então, é preciso também um planejamento, uma preparação para o futuro. E isso vai depender não somente dos administradores, mas de todos nós, porque quem administra tem as suas funções, mas não faz nada sozinho, o povo precisa conscientizar-se, precisa participar da gestão da cidade.

Temos que nos preparar para crescer; temos que nos preparar no sentido de educar nossos filhos para saberem lidar com o crescimento da cidade; temos que preparar os funcionários, os empregados para atenderem bem os turistas, para apresentarem um trabalho de qualidade, para que São João Batista continue tendo essa marca de cidade trabalhadora, que respeita, que tem qualidade de vida e oferece qualidade de vida para aqueles que a escolhem para morar.

Dessa forma, com certeza, ainda vamos comemorar muitos e muitos anos porque esta cidade vem mostrando, para felicidade de todos nós, que é sinônimo de sucesso.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Neste momento, convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - O Parlamento catarinense homenageia o município de São João Batista pela passagem do seu cinquentenário de emancipação político-administrativa e presta homenagem a seu povo valoroso e trabalhador, que não apenas construiu uma bela e próspera cidade, mas fez dela motivo de orgulho para toda Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega de placa ao prefeito Aderbal Manoel dos Santos, representando neste ato o povo de São João Batista.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon, neste ato representando o presidente da Assembléia Legislativa, para fazer a entrega da homenagem ao sr. Aderbal Manoel dos Santos, prefeito deste município.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. Gilberto Gonçalves Cândido, vice-prefeito do município de São João Batista.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. Elias Germano Mafeçoli, presidente da Câmara de Vereadores do município de São João Batista.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. vereador Gilberto Montibeller.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. vereador Celso Narcizo Cim.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. vereador Carlos Francisco da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. vereador Saul Raitz.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. vereador José Natal Vargas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da homenagem ao sr. vereador Edson César da Silva Ramos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando sequência à solenidade, Rosimar Maria Fransoi e Sheila Darossi brincarão todos com as músicas *Paz do Meu Amor* e *Natal é Tempo de Rever*.

(Procede-se à interpretação das músicas.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - para fazer uso da palavra o sr. vereador Elias Germano Mafeçoli, presidente da Câmara Municipal de São João Batista.

O SR. VEREADOR ELIAS GERMANO MAFEÇOLI - Excelentíssimo senhor prefeito municipal, Aderbal Manoel dos Santos;

Senhor Evandro Carneiro Flora, diretor-geral da secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, neste ato representando o governador Luiz Henrique da Silveira;

Senhor Gilberto Gonçalves Cândido, vice-prefeito do município de São João Batista;

Senhor Rafael Botan, juiz de Direito da nossa comarca;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Serafim Venzon;

Senhores secretários municipais;

Senhoras e senhores.

É uma honra nesta noite, como presidente do Poder Legislativo de São João Batista, receber essa placa. Durante toda a minha vida pública essa foi uma das primeiras placas que recebi, e por isso estou muito orgulhoso.

Quero estender esse orgulho e um agradecimento por essa placa ao meu povo e aos meus pares, os vereadores, que sempre colaboraram com o nosso Poder, que ajudaram a construir uma São João Batista bem melhor e que nas horas difíceis sempre ficaram firmes e fiéis ao nosso lado e do prefeito municipal.

Hoje é um dia de agradecimento ao nosso deputado Serafim Venzon, que lembrou que o nosso município, um município que cresce a olhos vistos, precisava de outro reconhecimento além daquele já outorgado, que foi nominar a nossa cidade de Capital Catarinense do Calçado.

Nós, como vereadores, recebemos essa placa com humildade, mas com o coração cheio de orgulho. Queremos dizer a v.exa., deputado, muito obrigado por esta sessão, por lembrar de São João Batista, por lembrar do nosso povo. Que v.exa. leve aos demais deputados que aprovaram o requerimento que deu esse presente ao nosso povo o nosso agradecimento, porque esta sessão solene foi um presente de Natal. Muito

obrigado a v.exa. e leve aos seus pares o nosso abraço, o nosso muito obrigado, tanto da minha pessoa como da pessoa dos demais vereadores.

Ao terminar esta fala, gostaria de deixar, neste momento, já que falei em presente, a todos os deputados, a toda a mesa e a todo o nosso povo um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - A seguir, fará uso da palavra o prefeito municipal de São João Batista, Aderbal Manoel dos Santos.

O SR. PREFEITO ADERBAL MANOEL DOS SANTOS - Excelentíssimo senhor deputado Serafim Venzon, neste ato representando a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e conduzindo tão brilhantemente esta sessão solene em nossa cidade. E aproveito para agradecer, antecipadamente, a sua proposição para que São João Batista tivesse esta sessão solene na noite de hoje.

Senhor Evandro Carneiro Flora, representante do governador Luiz Henrique da Silveira;

Senhor vereador Elias Germano Mafeçoli, presidente da Câmara Municipal de São João Batista e vice-prefeito eleito;

Senhor Gilberto Gonçalves Cândido, vice-prefeito do nosso município;

Senhor Rafael Botan, juiz de Direito da comarca de São João Batista;

Senhores vereadores Edson César da Silva Ramos, Saul Reitz; José Natal Vargas; Carlos Francisco da Silva e Celso Narcizo Cim, que também estão ajudando a fazer a história de São João Batista.

Senhor Erivan Jarbas Orsi, meu colega e amigo, vice-prefeito e prefeito eleito de Nova Trento;

Senhores vereadores eleitos Marco Aurélio, o Marquinhos, e Plácido Vargas;

Senhoras e senhores, enfim, todos aqueles que nos orgulham com a sua presença na sessão de hoje, secretários, funcionários tanto da prefeitura municipal quanto da Câmara de Vereadores e da Assembléia Legislativa aqui presentes nesta noite;

Senhoras e senhores da imprensa escrita, falada e televisada, que sempre ajudam a divulgar o bom nome de São João Batista.

Gostaria, em nome da população batistense, de agradecer ao deputado Serafim Venzon por lembrar de São João Batista quando o município completa 50 anos de emancipação político-administrativa. Foi de s.exa. a iniciativa de elaborar proposição nesse sentido e apresentá-la aos seus pares da Assembléia Legislativa, a fim de marcar com esta solenidade momento tão significativo para a nossa cidade.

Obviamente, deputado, não pôde ser no dia 19 de julho, mas o dia 19 de novembro também é um dia importante, é o Dia da Bandeira! Quando se fala em crise mundial, São João Batista abre, hoje, a 7ª Rodada de Negócios. Então, como eu digo, graças a Deus foi num dia 19. Quem sabe os destinos de São João Batista estejam traçados pelo dia 19.

Senhoras e senhores, para nós é motivo de orgulho receber a Assembléia Legislativa em São João Batista para realizar uma sessão solene como esta na noite de hoje. Como eu falei, estamos em festa porque São João Batista, que já recebeu o título de Capital Catarinense do Calçado, através de lei da Assembléia Legislativa, hoje abre a 7ª Rodada de Negócios e realiza sessão solene comemorativa ao cinquentenário do município.

Por isso, gostaria de agradecer a v.exa., deputado Serafim Venzon, e de pedir que leve o nosso abraço aos demais deputados, especialmente ao deputado Julio Garcia, presidente que tão bem conduz aquela Casa Legislativa.

Eu sempre digo aos nossos vereadores - eu, que já tive a oportunidade de ser vereador - que o Poder Legislativo, realmente, é fascinante e ajuda a administração seja municipal, estadual ou federal.

Dessa forma, gostaria que v.exa. levasse um abraço ao deputado Julio Garcia, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e aos demais deputados, seus pares naquela Casa.

Gostaria de dizer mais uma vez à população batistense aqui presente que essa homenagem não é da prefeitura, na verdade, é nossa, é de São João Batista, é de todos vocês.

Aqui vejo muitas pessoas e gostaria de citar seus nomes, pessoas que já fizeram parte da história do nosso município, pessoas que já contribuíram muito para o nosso município e que continuam contribuindo nos dias de hoje.

São João Batista, a Capital Catarinense do Calçado, é a cidade que mais cresceu em termos populacionais nos últimos oito anos, segundo o censo do IBGE. Dos 293 municípios de Santa Catarina nós estamos em primeiro lugar em termos de crescimento da população, ou seja, deputado Serafim Venzon, nós crescemos quase 60%!

Obviamente, temos um povo honesto, um povo trabalhador, que se tem dedicado, que tem trabalhado. Nós, que recebemos imigrantes italianos e açorianos, agora temos recebido gente de todo lado; temos recebido pessoas do Rio Grande do Sul de origem alemã. Então, o nosso município, hoje, abriga várias etnias.

Acho, assim, que não poderíamos ter recebido um presente melhor do que esta sessão solene realizada na noite de hoje e por isso quero agradecer, mais uma vez, e dizer que São João

Batista cresceu bastante, mas tem que crescer muito mais em vários sentidos e não só em nível populacional, mas em nível empresarial.

Nosso município, hoje, é referência em termos de calçado feminino em todo o país e até no exterior. Prova disso é a 7ª Rodada de Negócios que estamos realizando de hoje até o dia 21. Nosso pólo calçadista é referência em termos de lançamento de moda. A feira que hoje se inicia mostra a coleção que será lançada na próxima Couro Moda, que se realizará em janeiro de 2009, em São Paulo.

Dessa forma temos o reconhecimento nacional, o reconhecimento internacional e temos o reconhecimento da Assembleia Legislativa, que nos outorgou o título de Capital Catarinense do Calçado.

Mas precisamos obter outros reconhecimentos; precisamos ser vistos como uma cidade que, apesar de ainda ser pequena, tem um coração grande para receber as pessoas que venham trabalhar e ajudar o nosso desenvolvimento.

Por isso, esta sessão solene muito nos engrandece e com certeza ajuda a divulgar ainda mais o bom nome da nossa cidade, o bom nome de São João Batista. É de ações como esta que o município necessita: necessitamos de apoio, mas também precisamos divulgar a nossa cidade para que sejamos vistos como um município em pleno desenvolvimento, que precisa do apoio da Assembleia Legislativa, do apoio do governo do estado, do apoio do governo federal, precisamos que a população batistense, independentemente de sigla partidária, lute para que continuemos crescendo.

Senhoras e senhores, estou muito orgulhoso, honrado e feliz de poder estar dirigindo este município. A população batistense, que me deu quatro anos de mandato, agora me reelegeu junto com o Elias para que juntos possamos fazer uma cidade cada vez melhor. E para tanto precisa-

mos do apoio da Assembleia Legislativa, precisamos do apoio do governo do estado e precisamos do apoio da população batistense.

Muito obrigado, deputado Serafim Venzon! Muito obrigado, Assembleia Legislativa! Muito obrigado, povo batistense!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Agradecemos mais uma vez a presença de todas as autoridades, agradecemos ao povo de São João Batista, citando o nome do prefeito Aderbal Manoel dos Santos, do vice-prefeito Gilberto Gonçalves Cândido, do presidente da Câmara Municipal, vereador Elias Germano Mafecoli, dos vereadores Ademir José Rover, Saul Reitz, Carlos Francisco da Silva, Edson César da Silva Ramos, José Natal Vargas, Celso Narcizo Cim, Leonardo Kammer, Gilberto Montibeller e Élio Peixer. Em nome dessas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, queremos dizer do reconhecimento e da consideração que tem o estado de Santa Catarina pela cidade de São João Batista.

Quem está de parabéns são as senhoras, os senhores que com o seu trabalho e seu empenho fizeram e fazem esta cidade!

Antes de encerrarmos, convidamos todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 091ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Dirceu Dresch - Edison Andriano - Elizeu Mattos - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Refere-se ao projeto que cria o Código Ambiental e à realização da Eco Power, em Florianópolis.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Reporta-se à formação de Barack Obama e a sua promessa de investir em pesquisa de energia limpa.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda audiência pública para tratar do problema da atividade produtora de mandioca; refere-se ao projeto do Código Ambiental.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Refere-se à via que liga Rio do Campo a Taió; elogia a postura do ministro Temporão; comenta os seis meses de licença maternidade.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se ao Dia da Consciência Negra; comenta o lançamento da Frente Nacional de Defesa do Piso Salarial dos Profissionais de Educação Básica.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda o piso nacional dos professores.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença de vereadora de Agrolândia.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Refere-se à construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (aparte) - Aborda a necessidade da construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Reporta-se ao Dia da Consciência Negra; crítica o leilão do acervo de Jorge Amado; sugere convidar o secretário da Educação para falar sobre o piso salarial do professor.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Esclarece acerca da tramitação do projeto do Código Ambiental nas comissões.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Aborda a passagem do Dia do Músico; comenta sessão solene para homenagear a Banda Tremel, de São Bento do Sul; refere-se ao projeto do Código Ambiental.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (aparte) - Elogia o deputado Silvio Dreveck por suas colocações a respeito do Código Ambiental.

DEPUTADO EDISON ANDRIANO - Aborda a ampliação do Aeroporto Hercílio Luz.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Comenta a necessidade de ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Reporta-se ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Registra a presença do prefeito eleito de Descanso, Sadi Bonamico; ressalta os investimentos do governo federal em Santa Catarina; refere-se ao piso salarial do Magistério.

DEPUTADO EDISON ANDRIANO (aparte) - Reforça a necessidade da reforma do Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Aborda matéria do colunista Roberto Azevedo sobre o peso político do sul de Santa Catarina; fala das possibilidades energéticas do sul do estado.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Aborda a necessidade de mais ações no combate às drogas.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se ao problema das drogas; aborda a manifestação das esposas e familiares de praças em favor da categoria; crítica o não-pagamento da Lei n. 254.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Tece comentários acerca do uso de drogas.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Aborda o número insuficiente de funcionários da Fatma.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Crítica portaria do Detran de 1% sobre o valor do carro financiado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta a necessidade de uma política estadual de combate ao *bullying*.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de alunos de Iporá do Oeste e de São Miguel do Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e comunidade catarinense, é com satisfação que vim hoje relatar a importante reunião realizada ontem sobre o Código Ambiental que está sendo discutido em todo o estado de Santa Catarina. Vários segmentos da sociedade estavam representados na audiência pública por várias entidades que estão preocupadas com o futuro da vegetação, da natureza e do meio ambiente do estado de Santa Catarina.

É importante que nós, deputados, aproveemos o Código Ambiental, pois ele irá favorecer a nossa comunidade, principalmente o ser humano, aquele agricultor que tem dificuldade de tirar o seu sustento da sua propriedade, aquele agricultor que tem dificuldade de tirar a lenha para secar o seu fumo, aquele agricultor que necessita dos recursos naturais para a sua sobrevivência.

Tudo isso temos que fazer de maneira consciente, de maneira com que a natureza não venha a sofrer os seus impactos, para que, mais tarde, os nossos filhos, os nossos netos não venham pagar por aquilo que nós estamos fazendo hoje.

A grande importância dessa lei que, com certeza, vamos aprovar até o final deste ano é fazer com que o setor da agroindústria, principalmente a indústria catarinense do frango e a suinocultura, tenha condições de se desenvolver sem maiores problemas. Mas temos também que pensar que esse desenvolvimento da suinocultura, da avicultura tem que observar certos parâmetros de cuidados para com o nosso meio ambiente. E esse cuidado com o meio ambiente tem que ser feito com critério. O critério maior tem que ser a preservação da natureza, do nosso ecossistema.

Ontem, nós tivemos a abertura de uma grande conferência, aliás, é a segunda edição da Eco Power, que se realiza no Costão do Santinho, na cidade de Florianópolis, com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira; do ministro Gedel Vieira Lima; do ministro da Pesca, Altério Gregolin; de vários palestrantes internacionais e com a grande presença de grupos internacionais preocupados com a natureza e com o bem-estar do ser humano.

Ontem tivemos uma grande palestra realizada pelo conferencista estrangeiro que falava da tela emaranhada da vida, da tela emaranhada da natureza, e separava muito bem a parte da vida, a parte da biologia e a parte da conservação do ecossistema. Uma vez retirada uma cadeia alimentar do ecossistema, ele se desequilibra e nós não podemos deixar o ecossistema desequilibrado. É preciso que haja equilíbrio no ecossistema, e esse equilíbrio vem, sim, das ações que nós tomamos frente ao que está acontecendo no mundo.

Falou-se, ontem, nessa conferência, sobre o mundo globalizado, mundo globalizado este que age diretamente nos ecossistemas. E o nosso palestrante citava a globalização que está acontecendo hoje com os computadores, que está fazendo com que a nossa economia vire um cassino. Esse cassino se desenrola através do sistema de computadores, da bolsa de valores e assim por diante. Esse sistema produz divisas, produz dinheiro, mas será que esse dinheiro vai salvar a nossa vida no futuro?

Não é só da parte econômica que estamos falando. Nós temos que falar do ser humano, dos cuidados com a vida e essa vem através da preservação da unidade da vida, a célula. A vida vem através da preservação da água, através da preservação das energias renováveis.

Eu acho que a Eco Power é muito importante, e lá estava presente o eminente deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Realmente o nosso palestrante, até inacreditável, Fritjof Capra, grande escritor sobre Física, autor de *O Ponto de Mutação*, ressaltou, inclusive, a intelectualidade e a formação de Barack Obama, que é um cidadão do mundo praticamente, filho de pai queniano e de mãe americana, nascido no Havai, criado na Indonésia e com um trabalho muito grande de advocacia social. Isso mostra que temos aí um novo presidente com uma nova intelectualidade, o que nos renasce em termos de esperança mundial.

E ontem Barack Obama deixou claro que durante oito anos questionou-se, mas não se investiu nada para minorar o aquecimento global. Ele disse que o seu governo, no primeiro ano, vai aplicar US\$ 15 bilhões em pesquisa de tecnologia limpa, de energia limpa, justamente o objetivo da Eco Power.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, nobre deputado.

Nós temos certeza de que hoje os americanos têm energia suja. O que é energia suja? É a energia do petróleo. Aqui no Brasil, nós temos o grande triunfo de ter de 70% a 80% de energia limpa. O que significa isso? É a energia hídrica, a energia eólica, a energia da biomassa, a energia solar. Então, nós temos a grande capacidade de ter essa energia que garantir, sim, uma grande *commodity* no futuro. Nós temos uma grande produção de cana-de-açúcar, nós temos uma grande produção de biodiesel e assim por diante.

Catarinenses, o fato de nós termos a nossa vida ligada ao ecossistema e ligada à natureza é muito importante!

Mas eu quero, ainda, ler aqui uma notícia veiculada no *Diário Catarinense* sobre o projeto Lar Legal.

(Passa a ler.)

"Avança o projeto 'Lar Legal', desenvolvido pelo Tribunal de Justiça, que pretende regularizar a situação de posse e propriedade de terrenos em comunidades pobres.

O presidente do TJ, desembargador Francisco Oliveira Filho, visitou, nos últimos dias, comarcas interessadas em participar do projeto e informa que, em Imbituba, duas mil pessoas serão beneficiadas. No Planalto Norte, nas cidades de Canoinhas e Três Barras, os primeiros estudos e levantamentos começaram nesta semana." [sic]

Muito obrigado, presidente do Tribunal de Justiça, que está vendo as cidades que necessitam do apoio de projetos diferenciados. Isso faz com que Canoinhas e Três Barras, municípios os quais eu represento...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje à tarde nós estaremos no município de Jaguaruna, com a nossa comissão de Agricultura e Política Rural, fazendo uma audiência pública sobre a problemática da atividade produtora da mandioca. Um dos temas é que a grande maioria dos engenhos de farinha, das feculares, das polvilheiras está sem licença ambiental. Então, estaremos em Jaguaruna hoje à tarde nesta importante audiência pública, discutindo o tema da cultura, da produção, da comercialização e da industrialização da mandioca.

Mas hoje quero tratar de um tema que certamente movimentou e envolveu a população do nosso estado nesses últimos dias, deputado Jailson Lima, e cerca de 95% eram agricultores que participaram do debate sobre a questão do meio ambiente, sobre a questão do Código Ambiental.

Acompanhei ontem pela imprensa que o presidente Lula vai assinar, na próxima sexta-feira, o decreto que regulamenta a lei que foi aprovada em 2006 no Congresso Nacional, depois de 15 anos de uso sustentável da Mata Atlântica, do bioma sobre a questão ambiental, inclusive o nosso estado também será incluído.

Eu quero dialogar aqui com as sras. deputadas, com os srs. deputados e com toda a população catarinense, porque vejo essas audiências públicas, de fato, com uma extraordinária preocupação. Tenho que registrar aqui que tenho acompanhado por mais de 20 anos a questão da nossa agricultura no estado, deputado Silvío Dreveck, e em especial, a agricultura familiar. Hoje 90% dos estabelecimentos de Santa Catarina têm menos de 50 hectares, são pequenas propriedades e ocupam 40% do nosso território.

Quero dizer que a minha preocupação é no sentido de que algumas lideranças e algumas pessoas que se pronunciaram durante esses eventos e o movimento que se criou, mostraram uma avaliação muito forte de que mais uma vez o agricultor se transforma numa vítima. Quero, com muita tranquilidade, discutir com todos aqui que a questão ambiental é mais um problema, e não o único problema, como se tentou trabalhar. Há muita coisa mal explicada quando se trata de licenciamento e de averbação. A audiência pública realizada em Joinville trouxe muito forte o problema do planalto norte, a questão do uso da bracinga para secagem de fumo. E aí entra um problema alarmante em Santa Catarina, que é a falta de estrutura da Fatma para fazer licenciamento ambiental.

Nós estamos com milhares de projetos e milhares de licenciamentos parados, porque não há estrutura para dar vazão. Muitos agricultores não estão conseguindo licenciamento porque não há condições de dar encaminhamento. E aí parece que o Código Ambiental vem resolver tudo isso. Nós ficamos preocupados, porque no ano que vem ou depois do Código Ambiental aprovado o que vamos fazer? A legislação já permite - inclusive essa é uma das queixas dos agricultores - que os agricultores usem a cada cinco anos, 15m³ de madeira na sua propriedade ou 20 madeiras para fazer alguma reforma na propriedade.

Por que isso não funciona? No Paraná, por exemplo, nós já temos uma lei estadual que regulamenta o uso da bracinga por parte dos agricultores. Por que Santa Catarina não tem? Aí dizem que a resolução do Conama não permite. As informações que nós temos é que a resolução do Conama saiu porque em Santa Catarina não há uma lei que regulamente o uso da bracinga. Então, certamente esta Casa arquivou um projeto - e não sei em que ano foi, não lembro a data - do uso da bracinga aqui em Santa Catarina para a produção e a secagem do fumo. E aí vira caso de polícia, como está acontecendo em muitas propriedades do nosso estado, que nem denunciemos.

Então, essas questões precisam ficar claras, senão criamos uma falsa impressão de que a partir da aprovação do Código Ambiental todos os problemas de Santa Catarina estarão resolvidos! Pelo contrário!

Nesta expectativa, estamos debatendo o Código Ambiental, e achamos importante facilitar a questão da legislação para que haja mais agilidade, mais facilidade de compreensão, seja pelos técnicos, pelos especialistas, pelo Ministério Público ou pelos agricultores. Agora, nós precisamos, de fato, preparar um processo público de política pública ágil na questão ambiental.

Srs. deputados, quero dizer que não tem jeito, pois o Código Ambiental precisa tratar os diferentes de forma diferente. Não podemos incorrer no mesmo risco, pois há críticas por ser 30m na legislação federal e no código estadual cinco metros. Não concordo que para uma propriedade de cinco hectares haja a mesma regra que para uma de três mil hectares. O tratamento tem que ser diferenciado!

Outra questão muito criticada pelos agricultores é o custo do licenciamento e da averbação, que é necessária. A lei diz que o estado tem que assumir os custos da questão do licenciamento e da averbação. É necessário que o estado assuma esse compromisso e ajude. Em

outros estados isso existe, pois a Emater está fazendo projetos técnicos do licenciamento e da averbação.

Lamentavelmente, em Santa Catarina está-se criando ONGs, entidades para em cima das custas dos agricultores receberem muito dinheiro do licenciamento. Isso também tem que ser mudado e encaminhado urgentemente para que os agricultores possam fazer a averbação e o licenciamento.

Se não houver averbação legal das áreas de reserva, o agricultor não tem condições de tirar uma árvore, porque se mexer em qualquer uma é ilegal. Ai os agricultores são presos e o caso é tratado na polícia. Agora, se não existir agilidade nos encaminhamentos, não há como aplicar a lei.

Por último, quero dizer que não tenho nenhum preconceito, como se comenta por aí, deputados Pedro Uczai e Jailson Lima, em discutirmos, sim, a questão da compensação para os serviços ambientais, porque esses agricultores estão cumprindo com um novo papel fundamental para a sociedade, que é a preservação da água, do meio ambiente e não podem arcar sozinhos com essas custas.

Por isso, entendemos que no Código Ambiental tem que constar muito claramente que o agricultor deve ser indenizado ou receber pelo serviço ambiental que presta para a sociedade que outros, mais tarde, se beneficiarão muito e ganharão muito dinheiro em cima da água em Santa Catarina, que também é um bem social, econômico e de sustentabilidade do futuro.

Então, é nessa perspectiva que vamos trabalhar com muita firmeza, ou seja, o agricultor que preserva o meio ambiente, que cumpre a legislação deve receber uma contribuição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A Presidência registra a presença dos alunos do segundo ano do ensino médio da Escola de Educação Básica José do Patrocínio, do município de Siderópolis. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Inscrito para falar o sr. deputado Jailson Lima, representante de Rio do Sul, no alto vale do Itajaí, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Meus cumprimentos deputado Peninha, só gostaria de ressaltar, deputado Dirceu Dresch, v. exa. que falou sobre o projeto da Mata Atlântica, que o governo Lula está assinando esse projeto e tudo foi coordenado pelo catarinense Vigold Schaffer, que foi o responsável pela formação da Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida - que hoje possui sede em Atalanta, e que inclusive tem convênios internacionais. Então, é Santa Catarina atuando nas questões ambientais.

Srs. deputados, como nós representamos a região do alto vale, e fomos eleitos prioritariamente por esta região deputado Peninha, vou pedir que passem um vídeo que nos foi encaminhado pelo advogado Jayson Rosa, de Rio do Campo, que mostra a via que liga Rio do Campo a Taió, por gentileza.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Quero parabenizar o Jayson pela criatividade, mas esse trecho que vai de Taió a Rio do Campo onde tem essa baixada, cada vez que chove ocorrem acidentes. É uma SC, e nós já enviamos uma indicação à secretária de Infra-Estrutura e Transporte para ver a possibilidade de intervir naquele trecho, pois cada vez que chove esse trecho é um local de riscos, de muitos acidentes e que precisa urgentemente de uma solução.

Nós vamos encaminhar um novo pedido ao secretário, solicitando que olhe com carinho, mesmo porque depois da lei seca do governo federal, muito criticada, as estatísticas já mostram redução dos índices de acidentes no Brasil. Só nas festas de outubro, em Santa Catarina, segundo a Polícia Rodoviária Federal, o número de vítimas baixou de 69, neste último ano, para 29, ou seja, uma redução considerável no número de vítimas nas festas de outubro em Santa Catarina.

Nós sabemos ainda que muito há para se fazer, pois vemos os riscos de acidentes no Brasil e o que isso representa em recursos na área de saúde, principalmente nos hospitais, envolvendo os serviços públicos, haja vista que normalmente os pacientes graves acabam consumindo valores enormes de recursos das UTIs e do sistema público de Saúde.

Faço essa referência, porque precisamos ter clara a importância das políticas públicas de conscientização referente ao consumo de álcool, principalmente para os jovens, pois pesquisas mostram que muitos universitários deixaram de dirigir alcoolizados quando vão para as festas, mas acabam pegando carona com quem dirige alcoolizado, colocando muitos jovens também dentro da mesma arma, ou seja, de um veículo que acaba sendo conduzido por alguém comprometido na sua capacidade de direção, na sua capacidade de tranquilidade ao transportar esses companheiros após uma festa.

Sabemos que o ministro Temporão foi uma das figuras responsáveis pela aprovação da lei seca, pois se empenhou muito para que ela fosse aprovada, porque isso representa o salvamento de vidas e menos sofrimento para diversas famílias deste país e do estado catarinense.

Srs. deputados, durante esta semana, fizemos aqui uma defesa incontestada da capacidade, da competência gerencial e administrativa do ministro Temporão, quando ele denunciou corrupção e ineficiência do serviço público na Funasa, cujo superintendente nacional foi indicado pelo PMDB, como cargo de confiança. E mesmo sendo deste partido, o ministro Temporão não deixou de ter a responsabilidade de fazer a denúncia, de exigir mudanças e de colocar isso publicamente.

Por isso fico feliz ao ver a manifestação do nosso presidente ao dizer que quem coloca e quem demite ministro é ele. Os partidos não foram pressionados para que o mudassem com o intuito de salvaguardar um setor fisiológico na estrutura do ministério da Saúde. Temos que ter claro que o PAC da Saúde, defendido pelo ministro e já colocado no Orçamento da União, vai passar os investimentos até 2011, na área da saúde, para R\$ 89 bilhões. E R\$ 2,2 bilhões, deputado Peninha, virão para Santa Catarina, para investimentos no setor da saúde e melhoria desse quadro.

Então, fico muito tranquilo ao ver esse procedimento do nosso presidente, já acalmando os ânimos, dizendo que os ministros mudarão se forem candidatos no próximo pleito eleitoral e estiverem concorrendo a algum cargo.

Ao mesmo tempo, também quero registrar aqui a aprovação na comissão de Justiça do Senado, do projeto de licença-maternidade de seis meses. A referida comissão torna obrigatório os seis meses de licença, projeto que fizemos também no estado de Santa Catarina para o setor público, e que algumas prefeituras já o aprovaram a exemplo do nosso prefeito Neodi Saretta, na cidade de Concórdia.

Este dado é fundamental, porque a Organização Mundial de Saúde, a Associação Brasileira de Pediatria também corroboram com o meu intuito e, propositivamente, defendem a aprovação desse projeto, permitindo que as mães amamentem por mais tempo os seus filhos dando mais condições e mais qualidade de vida para essas crianças ao permitirem que o contato materno-infantil seja maior após o nascimento da criança, fazendo com que de quatro meses passe para seis meses esse ato de relação profícua entre mãe e filho, o que permitirá que a personalidade dessas crianças e as suas condições de saúde sejam melhores e, principalmente, garantindo mais tranquilidade no que diz respeito às doenças infectocontagiosas.

Por isso, parabenizamos o Senado, principalmente a nossa senadora Ideli Salvatti, que fez defesas importantes naquela Casa, mostrando que era de fundamental importância a aprovação desse projeto. E como o SUS fez 20 anos, quero aqui parabenizar a secretária de Saúde do estado, que no dia 1º de dezembro, estará fazendo um evento comemorativo aos 20 anos de SUS no Brasil. Convidamos a população catarinense para participar aqui na Assembléia Legislativa do evento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, ex-prefeito de Chapecó, que representa nesta Casa prioritariamente a região oeste de Santa Catarina, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Rogério Mendonça, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes do Rádio Digital e todos que acompanham esta sessão no dia de hoje, quero falar aqui sobre dois temas que estão no debate, na conjuntura da nossa preocupação.

O primeiro diz respeito ao dia de hoje, 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, pois quero fazer aqui, em nome do Parlamento, uma homenagem a todos os afrodescendentes, aos negros e negras deste país que, ao longo da história, não só construíram e produziram riqueza, como também produziram políticas, cultura, valores e construíram, mesmo num processo contraditório de dominação, muitas resistências, muitas lutas e muitas conquistas ao longo da história do Brasil. Por outro lado, há muito ainda a conquistar, há muitas lutas para fazer.

Na própria *Folha de S. Paulo* está o seguinte: "Renda do negro é metade da do não-negro". Ou seja, segundo a pesquisa Criad/Dieese negro tem rendimento médio de R\$ 4,36 por hora em São Paulo e não-negro R\$ 7,98. Economicamente há discriminação, culturalmente há preconceito e histórica e socialmente é um grupo que tem sofrido ao longo da história do país.

Então, ao mesmo tempo em que se faz a homenagem à luta dos negros deste país, temos que reconhecer ainda as injustiças, a opressão, a violência com milhões e milhões de negros e negras. E quando se fala em gênero, as mulheres negras são as que mais sofrem de discriminação, de preconceito, de violência no Brasil. Por isso que o dia de hoje, Dia da Consciência Negra, deveria ser feriado nacional, inclusive há projeto de lei tramitando no Congresso Nacional a esse respeito.

Em 303 municípios deste país hoje é feriado nacional, inclusive na maior cidade do Brasil, São Paulo. Ou seja, além desse município, em outros 302 o dia de hoje se configura como feriado, na medida em que se coloca o Dia da Consciência Negra para comemorar, parabenizar todas as lutas e conquistas e, ao mesmo tempo, denunciar as injustiças, o preconceito, a discriminação, a violência e os processos de dominação econômica, política e cultural sobre os negros e negras neste país.

Por isso quero fazer esta manifestação e falar sobre a importância da continuidade dessa luta. E quando no Congresso Nacional está-se construindo toda uma perspectiva junto com o governo do presidente Lula, além do ministério que trata da política de promoção de igualdade racial, e também discutindo que 50% das vagas nas universidades federais deverão vir da escola pública, com certeza quer-se resgatar essa dívida social com os mais pobres deste país e, portanto, também com o rosto negro.

Parabéns ao governo do presidente Lula, que está construindo políticas públicas para resgatar essa dívida histórica, social e cultural deste país que ainda precisa caminhar muito para falar em democracia, falar em promoção da igualdade racial.

O segundo tema que eu gostaria de falar aqui diz respeito à nossa viagem a Brasília, que motivou, junto comigo, a presença da deputada Ana Paula Lima representando este Parlamento no lançamento da Frente Nacional de Defesa do Piso Salarial dos Profissionais de Educação Básica, um grande evento, onde estiveram presentes senadores, deputados federais, deputados estaduais e lideranças das entidades nacionais ligadas ao Magistério público.

Suprapartidariamente, deputados e senadores de todos os partidos lançaram ontem essa frente nacional em defesa do piso, como reação aos cinco governadores que entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade tentando destruir o coração dessa lei, que é o vencimento de R\$ 950,00 como piso básico e também a hora/atividade de no mínimo 33% ou 1/3 da carga horária a ser destinada a estudos, pesquisas, preparação e planejamento do próprio ensino.

Com o lançamento da frente foi fortalecida a defesa do Congresso Nacional e da República e é um absurdo querer destruir uma lei nacional aprovada por unanimidade - todos os deputados federais, todos os senadores em todas as comissões e nos dois plenários - depois de 13, 14 meses de debate, de discussão não apenas nas Casas Legislativas, mas em todos os segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, foi uma reação republicana, deputado Professor Grando, contra a possibilidade de destruir uma lei nacional que criou o piso nacional dos professores, após uma votação histórica, unânime do Parlamento.

Sr. presidente, na parte da tarde foi realizada uma audiência com o relator do processo no Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, na qual os senadores e deputados federais e estaduais manifestaram seu desejo de que ainda este ano o Supremo decida acerca da Adin, acerca do mérito, pois é importante manter esse piso de R\$ 950,00.

Soubemos lá da existência de frentes parlamentares no Piauí e no Rio Grande do Sul. O estado gaúcho tem 55 deputados estaduais e 31 deputados já assinaram o requerimento de constituição da frente parlamentar a favor do piso nacional e contra a posição, inclusive, da governadora Yeda Crusius. Ou seja, o Parlamento gaúcho, na sua maioria, é a favor do piso nacional.

Este Parlamento votou, na terça-feira, requerimento de constituição dessa frente parlamentar, desse fórum em defesa do piso nacional. E agora vamos colher as indicações de cada líder de bancada para que possamos, na próxima semana, lançar a Frente Parlamentar Catarinense em Defesa do Piso Nacional do Magistério. Não temos dúvida de que essa frente, com a participação da sociedade civil organizada, vai ser mais uma força de fortalecimento não só do piso de R\$ 950,00, não só da hora/atividade de 1/3, mas de fortalecimento da educação deste país e de um futuro cada vez melhor.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Ouço v.exa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Pedro Uczai, parabênz v.exa. e a deputada Ana Paula Lima, que representaram a nossa bancada naquele encontro em Brasília.

Quero dizer que fiquei muito feliz quando estive em Brasília à época da assinatura, pelo presidente Lula, da lei que criou o piso nacional, que permite que tratemos de forma igual os nossos professores de todo o Brasil, que são os educadores dos nossos filhos e que devem prepará-los para o futuro dentro de uma visão da totalidade da realidade nacional.

Então, trata-se de uma luta grande e infelizmente temos governadores que não compreendem a importância dos educadores e entram com uma ação judicial contra uma lei nacional pela qual se esperou durante tantos anos.

Dessa foram, com certeza vamos estar juntos nessa luta da criação e implementação da frente parlamentar que defende a educação, que é tão importante para o nosso estado e para o nosso país.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Deputados Jailson Lima e Dirceu Dresch, olhem a ironia: foram os estados ricos que entraram com a Ação Direta de Inconstitucionalidade. Enquanto isso, o governador Wellington Dias, do PT do Piauí, encaminhava à Assembléia Legislativa um projeto de lei estabelecendo o piso de R\$ 980,00 para o Magistério do seu estado. Vejam, um estado com um dos menores PIBs do país, com a menor renda *per capita* do país vai dar aos seus professores R\$ 980,00 de piso salarial. Já Santa Catarina, que tem a quarta renda *per capita* da nação e que é o sétimo PIB nacional, quer impedir que se pague R\$ 950,00 para os nossos professores, para os nossos educadores.

É uma injustiça, é proselitismo, é demagogia destruir a construção do piso nacional do Magistério!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Presidente Peninha, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, da vereadora eleita do Partido dos Trabalhadores da cidade de Agrolândia, numa coligação do PT com o PMDB, que será inclusive a futura secretária da Educação que estará acompanhando os alunos daquela cidade hoje aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Seja bem-vinda a esta Casa. E aproveite também para anunciar a presença aqui conosco dos alunos das escolas multisseriadas de Gaspar: Ana Lira, Augusto Schramm e Rodolfo Günther, acompanhados da professora Ana Maria, do professor Onivaldo, do professor Jeisson e da professora Sandra.

Eu já morei em Gaspar e também estudei lá na Escola de Educação Básica Professor Honório Miranda e por isso tenho um carinho muito especial por essa cidade e toda a sua população. E peço a vocês, inclusive, que mandem um grande abraço a Ivete, que é minha amiga em Gaspar, que foi a nossa candidata à prefeitura.

Um abraço a todos os gasparenses e sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, líder do partido, por até dez minutos.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, o assunto que me traz à tribuna desta Casa no dia de hoje diz respeito a um tema dos mais importantes para Santa Catarina. Trata-se da construção do novo Aeroporto Internacional Hercílio Luz sediado na capital de todos os catarinenses.

Há muito tempo a Infraero anunciava para toda Santa Catarina que o Aeroporto Internacional Hercílio Luz teria novas pistas e nova estação de passageiros e que o prazo de conclusão das obras estaria previsto para julho de 2010.

Santa Catarina é um dos principais destinos turísticos de toda a América do Sul, Santa Catarina tem, ao longo desses últimos anos, se destacado no cenário nacional por ser também um destino de grandes empresas, empresas essas que estão investindo milhões e bilhões de reais no estado. Mas o que aconteceu na última semana? O que aconteceu é que a própria Infraero divulgou uma nota, deputado Silvío Dreveck, de que infelizmente o nosso estado não poderá contar com o aeroporto internacional a partir de julho de 2010 e que a obra a ser inaugurada será postergada para 2012.

Eu li nos jornais do final da semana passada, srs. deputados, que Curitiba e Porto Alegre têm aeroporto internacional, e esses aeroportos são funcionais, modernos e dão todo o conforto aos passageiros, bem como funcionalidade às companhias aéreas e às empresas que prestam serviço naqueles aeroportos.

Deputado Edison Andrino, Curitiba tem cerca de cinco vezes mais população do que Florianópolis, e Porto Alegre tem cerca de quatro vezes mais população do que Florianópolis, mas no aeroporto da nossa capital embarca e desembarca a metade dos passageiros que recebe o Aeroporto Internacional Afonso Pena, de Curitiba, e metade dos passageiros que também recebe o Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre.

Então, guardadas as devidas proporções, o nosso Aeroporto Internacional Hercílio Luz recebe muito mais passageiros do que o Aeroporto Internacional Afonso Pena, de Curitiba, e do que o Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre.

É necessário, sim, termos um aeroporto internacional aqui em Florianópolis. É necessário, sim, que Santa Catarina possa dar conforto a todos aqueles que saem e chegam ao nosso estado. É necessário fazer com que aqui tenhamos um terminal de cargas adequado para que finalmente Santa Catarina possa ter um equipamento moderno e funcional.

Mas o que disse a Infraero? Ela atribuiu o adiamento a entraves com licitações paralisadas desde o semestre passado. Ainda a Infraero presta informação de que as licenças estão muito atrasadas na sua concessão e que não está, portanto, em condições de finalizar a obra para 2010, até porque não começaram.

A Infraero não especifica. No entanto, quais os reais motivos que levaram a demora na remarcação das licitações? A única indicação é que os editais estavam sendo adequados a questionamentos de empresas. Há pelo menos três anos o aeroporto da capital opera com a sua capacidade no extremo limite. Já em 2007 esse limite era de 980 mil passageiros e agora está chegando a cerca de 2,2 milhões de passageiros/ano.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Quando um órgão como a Infraero não tem competência para fazer uma licitação, mais do que isso, quando na prática é feita uma licitação e não aparece nenhum concorrente, a Infraero sempre diz que o problema não é financeiro. E realmente não é financeiro, porque todos os que viajam neste país pagam para a Infraero.

Ora, Florianópolis fica num lugar estratégico. Por quê? Porque o nosso aeroporto é geocêntrico. Se sairmos de Santiago do Chile, de Assunção, de Buenos Aires, de Montevideu, enfim, dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo, praticamente o procedimento de levantamento de voo e pouso é quase o mesmo, leva quase o mesmo tempo, variando entre uma hora e uma hora e meia ou duas horas.

Nós temos a vocação natural da capital turística do Mercosul, porque já foi determinado, quando foi fundado o que nós chamamos de encontro de todos os prefeitos de capitais, que as mercocidades escolhem Florianópolis para ser o centro turístico, inclusive com voos que nós não temos; temos até que flexibilizar voos diretos de Assunção para Florianópolis, como também outros voos com os países da América Latina.

Então, são muitas coisas que temos que fazer para nos modernizar e nos adaptar: nós teremos a Copa de 2014, nós teremos os agentes de turismo do mundo todo no ano que vem, o WTTC, um grande encontro, e parabênz o governador por essa iniciativa em Santa Catarina, mas eles não irão poder utilizar o aeroporto com a sua modernização. Enfim, são mais de dois milhões de usuários anuais.

Eu volto a reafirmar a proposta que manifestei: temos que criar uma comissão desta Casa para mobilizar o governo federal, os órgãos federais e o governo do estado, para que os técnicos resolvam esse problema, uma vez que não é por falta de recursos financeiros, me parece que é muito mais falta de vontade, de decisão política e até de competência.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - V.Exa., deputado Professor Grando, quando no aparte diz que o poder público, que a Assembléia Legislativa tem que realmente tomar a iniciativa de pressionar o governo federal e pressionar a Infraero para que, de uma vez por todas, possamos ter o nosso aeroporto internacional construído, é muito pertinente.

V.Exa., quando fala na Copa do Mundo é verdade! Que infra-estrutura aeroportuária nós temos hoje para oferecer ao mundo inteiro que para cá evidentemente acorrerá se nós, porventura, sediarmos jogos da Copa do Mundo?

Ano que vem teremos aqui um congresso internacional de turismo. Os maiores empresários do turismo de todo o mundo estarão aqui em Santa Catarina. Que infra-estrutura nós estaremos oferecendo? Que infra-estrutura? Bons hotéis nós temos! Acolhimento a nossa população sabe dar! Mas a Infraero não quer dar a condição para que Santa Catarina possa ter, finalmente, um aeroporto internacional condizente, digno de um estado que contribui muito com a federação, que paga os seus impostos em dia e que faz com que o governo federal tenha o seu cesto de impostos cada vez mais cheio, mas ele não dá a retribuição necessária para que o estado possa ter os investimentos necessários para dar oportunidade ao turista de, ao chegar aqui, ter condições de desembarcar em um aeroporto condizente, digno e moderno.

É isso que estamos precisando, que a Infraero, de uma vez por todas, faça com que Santa Catarina tenha o seu aeroporto internacional. A assembleia Legislativa, por sua vez, tem a obrigação de encampar essa mobilização no sentido de fazer com que nós, finalmente, possamos ter o nosso aeroporto internacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, ex-prefeito da nossa capital, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, apenas para lembrar historicamente que, acho que é fundamental, quem conhece a sua história a vê como força motriz do seu povo e poderá não repetir os erros. Esse é o caráter científico da história.

A internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz ocorreu quando éramos prefeito da capital de todos os catarinenses com a presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Eu lembro dessa solenidade no Aeroporto Hercílio Luz, porque tivemos que optar por uma alternativa. Para o aeroporto ser internacional, ele não poderia ter somente uma entrada e uma saída. Então foi construída aonde é o Cefa, no sul da ilha, a estrada de opção, para que em caso de emergência exista uma alternativa de entrada e de saída do aeroporto.

Com essas condições estabelecidas, bem como outras reformas, foi internacionalizado o aeroporto. Devido às demandas, ao crescimento, hoje estamos vivendo essa realidade e temos que continuar a nossa luta.

Como hoje o tempo é do nosso partido, não poderia deixar de mencionar neste dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra, o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares.

Essa luta que é identificada com o povo brasileiro merece todo o respeito, e é a luta que se estabelece através da igualdade na prática. E cada vez mais, se pudermos participar divulgando, fazendo os atos com a praticidade e o respeito da política que o nosso partido defende, com certeza teremos, e vamos ter uma sociedade muito melhor.

Quero dizer também que nós, em nome do partido, queremos nos manifestar quanto à cultura sobre um episódio, porque no nosso ponto de vista a cultura merece respeito.

(Passa a ler.)

"Lamentavelmente, está prestes a se consumir um gravíssimo crime contra a história e a cultura do Brasil. O acervo de obras de arte plástica e de documentos, acumulado durante dezenas de anos por Jorge Amado, um dos mais importantes e queridos escritores brasileiros, e por sua esposa, a também romancista Zélia Gattai, estará em breve sendo leiloado por sua família face ao descaso do governo baiano e completa omissão do ministério da Cultura."

Por isso nós fizemos esse apelo ao presidente Lula para que intervenha nessa questão.

"Para se ter uma idéia do absurdo cometido, basta dizer que o desenho original da Pomba da Paz, do imortal pintor catalão Pablo Picasso, doado e autografado ao grande romancista baiano, é uma das peças que será posta em leilão. Se este se consumir, o que deveria ser um patrimônio público e aberto à sociedade num museu como forma maior de reverenciar esse grande brasileiro, nada mais será que um patrimônio privado para o deleite de um pequeno e seleto grupo de privilegiados.

O Partido Popular Socialista, na condição de herdeiro histórico do Partido Comunista Brasileiro - o partido de Jorge Amado e Zélia Gattai -, faz seu protesto se somar ao alerta feito pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e por diversos intelectuais e entidades ligadas à cultura, e acreditamos que deva ser assumido também pelas instituições, lideranças políticas e sociais, pela academia e a intelectualidade em geral e por todos os setores vivos da sociedade brasileira, no sentido de se evitar a incúria criminosa contra a nossa história e nossa cultura."

Este é o posicionamento do nosso partido.

E para finalizar, sr. presidente, gostaria de me manifestar acerca do que o deputado Pedro Uçai colocou sobre o Fórum da Educação, uma vez que o líder do governo deixou claro também ontem, que não há política contra o piso salarial.

Então, para dirimir todas essas dúvidas, nada melhor do que exercer a democracia e convidar o secretário de Educação, deputado Paulo Bauer, para que venha a esta Casa e dê todas as explicações e esclareça essas dúvidas que surgem de um lado e de outro.

Esta será a primeira tarefa deste fórum na questão em defesa do piso e das horas/atividade. Com certeza o sr. secretário virá.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvío Dreveck, por até dez minutos.

O sr. deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, como terminamos no dia de ontem as dez audiências públicas sobre o Código Ambiental quando percorremos todo o estado, quero dizer que foi muito proveitoso, pois conseguimos buscar muitos subsídios para atuarmos na aprovação ou não desse projeto.

E ontem à tarde nós nos reunimos com os presidentes das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Turismo e Meio Ambiente e da Agricultura e Política Rural, no sentido de efetuarmos um calendário para que possamos aprovar neste ano o Código Ambiental.

Quero fazer essa divulgação porque é de interesse dos 40 parlamentares. Nós abrimos até o dia 2 de dezembro para os parlamentares que desejarem oferecer emendas ao projeto.

No dia 09, como relator da comissão de Constituição e Justiça, irei oferecer o parecer para que os membros das comissões possam ter conhecimento.

Até o dia 16 vamos pedir vistas ao projeto para todos os parlamentares, porque as quatro comissões vão trabalhar em conjunto.

No dia 16 vamos votar definitivamente nas quatro comissões, para que nos dias 17 e 18, se assim o presidente entender, seja trazido ao plenário para votação.

Deixo esclarecido este fato e vamos enviar ofício a todos os parlamentares, para que contribuam com esse importante projeto para Santa Catarina, que é o Código Ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Muito obrigado pelas informações, deputado Romildo Titon.

Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de lembrar a todos os catarinenses que nos assistem pela TVAL e os que nos ouvem pela Rádio Digital AleSC que no sábado, dia 22, será comemorado o Dia do Músico.

Falar de música em Santa Catarina, além da satisfação, é falar de uma riqueza ímpar do nosso estado. Poucos estados brasileiros possuem tantos músicos profissionais, amadores, conjuntos, bandas e orquestras das mais diversas que podemos conhecer na maioria dos nossos municípios. Muitos desses músicos são abnegados, são voluntários que se dedicam em prol dessa riqueza cultural de Santa Catarina, que transcende não só os estados brasileiros, mas também fronteiras indo a outros países da América, da Europa e até da Ásia.

Não podia deixar de registrar essa data tão importante para a cultura catarinense e prestar nossa homenagem através do Parlamento. E mais do que isso, além de ser o dia 22, próximo sábado, o Dia do Músico, na segunda-feira, dia 24, esta Casa irá prestar homenagem especial à Banda Tremel, de São Bento do Sul, conhecida nacional e internacionalmente.

A Banda Tremel irá completar 95 anos de existência, por conta disso propusemos essa homenagem aqui na Casa, aprovada pela Mesa Diretora e por todos os parlamentares. Estarão aqui os componentes da banda que, além de receber a homenagem irão se apresentar, ocasião em que muitas entidades e pessoas serão homenageadas por conta de que a Assembleia reconhece de público os valores, tanto de pessoas como de entidades, e nós não poderíamos deixar de render essa homenagem justa à Banda Tremel, que representa Santa Catarina e o Brasil tanto no nosso continente como em outros.

Outro assunto ao qual gostaria de fazer referência no dia de hoje é o projeto de lei do Código Ambiental.

Já realizamos audiências públicas, já tivemos a oportunidade de nos manifestar, de ouvir e de diagnosticar as lideranças e as entidades, algumas em defesa, outras contrárias ao projeto de lei. Penso, deputado Herneus de Nadal, que esse projeto do Código Ambiental, com esse debate democrático que se está fazendo em Santa Catarina, vai certamente aperfeiçoar a nossa legislação ambiental no estado.

Obviamente que nós entendemos que há necessidade de fortalecer as instituições de governo para atender essa demanda que existe principalmente dos proprietários, do pequeno proprietário que muitas vezes faz o seu requerimento, faz o seu projeto - e não estou dizendo aqui que há má vontade ou qualquer coisa nesse sentido, mas até pela nossa própria legislação que hoje está de certo modo confusa, porque ora nós temos uma lei federal que implica na estadual, ora nós, do estado, temos que nos subordinar a uma lei federal que é incompatível com a nossa realidade.

E por conta disso penso e acredito que além da lei o bom senso deverá prevalecer. Nós temos observado que, às vezes, a lei é muito rígida. Vamos falar um pouco do corte de árvores. O que se percebe no interior do estado? O pequeno proprietário, principalmente, tem dificuldade, mas como a lei é muito rígida, muitas vezes quando nasce uma árvore ele corta porque sabe que no futuro não poderá utilizá-la. Não é mais importante permitir o corte de uma árvore madura, exigindo-se que esse mesmo proprietário, no local daquela, plante cinco ou dez para o futuro? Esta é uma observação. A outra é a utilização das margens de rios, de nascentes, de mananciais.

Eu acompanhei uma reportagem do *Globo Rural* em Nova Iorque. A lei deles é o bom senso, existem locais em que o afastamento pode ser de cinco metros, existem locais em que pode ser 20m, ou 30m, quem vai definir isso são os técnicos juntamente com os proprietários, porque depende da topografia, deputado Herneus de Nadal. Há topografias em que o afastamento de cinco metros é insuficiente, mas existem outras em que cinco metros são suficientes, e obviamente essa área destinada à preservação não pode ser utilizada. Aí tem que haver esse bom senso.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Silvío Dreveck, v.exa. é um homem que convive com os diversos segmentos produtivos de nosso estado. Por isso faz uma avaliação perfeita do quadro que vivenciamos.

Primeiro: Nós precisamos dar instrumentos para que os órgãos ambientais não deixem processos por vários e vários meses sem dar o resultado e autorizar a licença para que o empreendimento possa se instalar, funcionar e gerar vagas de trabalho.

Segundo: V.Exa. também pondera que as características do estado de Santa Catarina são totalmente diferentes de outros estados da federação, e v.exa. faz isso com equilíbrio e com uma ponderação muito grande, e é isso que nós vamos ter que buscar, preservar mas também nos desenvolver, fazer com que o crescimento, o desenvolvimento socioeconômico seja uma realidade de nosso estado.

E acredito que com posições iguais a essas que v.exa. está manifestando na tribuna, nós todos, numa ampla discussão, haveremos de encontrar o melhor caminho para que possamos contemplar toda gente catarinense.

Fico feliz em ouvir de v.exa., e não esperava ver diferente, essas manifestações balizadas, fundamentadas, equilibradas que fazem bem, com certeza, para quem está ouvindo e tem de nós a expectativa que se faça uma lei boa, uma lei justa e que atenda o meio ambiente, que não se deprede, que não se degrade e que também se possibilite o desenvolvimento de nosso estado.

Muito obrigado pelo aparte, deputado Silvío Dreveck, quero cumprimentá-lo.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. deputado Herneus de Nadal.

Penso que temos nessa programação condições, se for necessário, de aperfeiçoar aquilo que precisamos e ainda, se for insuficiente, como a democracia nos permite, poderemos lá na frente aperfeiçoar esta lei para o bem de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas, por até oito minutos.

(Pausa)

Na ausência de deputados do Democratas, os próximos minutos são destinados ao PMDB, por até 17 minutos.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, ex-deputado federal, ex-prefeito da nossa capital, Florianópolis.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Quando é muito "ex" fica uma coisa complicada.

Mas quero cumprimentar o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Peninha, bem como todos os srs. deputados.

Deputados Professor Grando e Marcos Vieira, eu gostaria de tratar, também, nesta Casa, da questão do Aeroporto Hercílio Luz, que já foi muito bem relatada no pronunciamento pelo deputado Marcos Vieira.

A imprensa de Santa Catarina tem dado um destaque todo especial quanto à importância da ampliação da reforma do nosso novo Aeroporto Hercílio Luz. Temos editoriais constantes do jornalista Moacir Pereira: SC: descaso aéreo; Aeroporto: Melhor esperar sentado; Aeroporto, um vexame; Infraero anuncia nova licitação; Aeroporto trava turismo em Santa Catarina. E por aí vai. Todos os dias a mesma ladainha, a mesma coisa no que diz respeito ao Aeroporto Hercílio Luz.

O Aeroporto Hercílio Luz não é o aeroporto de Florianópolis, mas o aeroporto de Santa Catarina. Esta Casa não pode se ausentar desta luta pela internacionalização, pela melhoria, pela reforma do nosso aeroporto.

A Infraero priorizou outros aeroportos do Brasil, e não priorizou o nosso. E temos uma

série de eventos em nível internacional que acontecem aqui, como a feira de turismo, deputado Elizeu Mattos, que vai acontecer no ano que vem em Santa Catarina, na América do Sul, no Brasil. É a primeira vez que a feira sai da Europa, dos Estados Unidos e da Ásia para um país da América do Sul.

Como vamos fazer esse grande evento que diz respeito ao turismo internacional, que vai projetar Florianópolis, Santa Catarina para o mundo inteiro com esse nosso aeroporto que aí está, com dificuldades, arcaico, praticamente falido na sua estrutura? Como vamos fazer esse evento? Como vamos fazer a Copa do Mundo com esse Aeroporto Hercílio Luz?

Então, sr. presidente, eu acho que esta Casa não pode ficar só no discurso. Nós temos que criar uma comissão não só para discutir o problema do aeroporto, pois já conhecemos plenamente a questão do aeroporto. O que falta, hoje, é vontade política do governo federal, determinação da Infraero, pressão política desta Casa, da bancada federal, dos prefeitos, da Fecam. Num trabalho conjunto com o governo do estado de Santa Catarina - a secretaria do Turismo e o governador -, vamos a Brasília.

Nós temos que criar uma comissão aqui. Deputado Marcos Vieira, sei que v.exa. falou a respeito disso e que o deputado Professor Grando sugeriu criar essa comissão. Vamos criar todos nós essa comissão. Vamos chamar a sociedade civil, o sindicato dos hotéis, restaurantes, bares e similares de Santa Catarina, a associação comercial, a Fiesc, pois esse é um assunto que diz respeito a todo o estado de Santa Catarina, e vamos a Brasília. Às vezes, o governo só funciona na base da pressão.

Agora no verão, com a quantidade de vôos *charter* programados para Florianópolis, nós já vamos ter dificuldades seríssimas no aeroporto de Florianópolis. Então, nós precisamos transformar aqui a nossa revolta, o nosso reclamo, os nossos pronunciamentos, em ação prática.

Isso, deputado Elizeu Mattos, vai acontecer se nós formos a Brasília numa comissão. O deputado Marcos Vieira está apresentando um requerimento nesse sentido. É isso deputado Marcos Vieira? Todos nós vamos assinar e vamos nos incorporar a essa luta, que é não só da Assembléia Legislativa, mas de toda a bancada federal. Precisamos incorporar-nos ao trabalho que está sendo desenvolvido pela secretaria de Turismo do estado de Santa Catarina, pelo governador do estado e vamos pressionar o governo federal a fazer essa licitação de imediato, porque nós corremos o risco, em função da crise internacional, de amanhã o governo vir para a mídia dizer: "Acabou o dinheiro, não temos recursos, estamos num momento de contenção de gastos e não temos dinheiro para o aeroporto Hercílio Luz".

Então está na hora de irmos a Brasília - tem que ser antes de acabar o ano, quem sabe neste mês de novembro ainda -, marcarmos uma audiência da Assembléia Legislativa com a Infraero, com a Presidência da República e pressionarmos para que se resolva definitivamente essa novela do Aeroporto Hercílio Luz.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. deputado, quero dizer que o governo do estado de Santa Catarina está fazendo a sua parte, a prefeitura municipal de Florianópolis está fazendo a sua parte, a universidade federal também.

E tramita nesta Casa um projeto de lei que faz a permuta de todos os terrenos necessários à ampliação do novo terminal e da nova pista do aeroporto internacional que pertencem à universidade federal. O governo do estado está fazendo uma permuta, está doando à Infraero os terrenos que pertencem à universidade federal e está doando a esta universidade outras áreas, aqui em Florianópolis, para que a Infraero tenha condições de construir o aeroporto.

Então, essas duas instâncias de poder, prefeitura municipal e governo do estado, estão fazendo a sua parte. Falta, como v.exa. disse, a Infraero fazer a sua parte. A Infraero tem que cumprir com o compromisso assumido com Santa Catarina, pois em quase todas as capitais do país já construiu aeroportos internacionais, e falta somente em Florianópolis. E Santa Catarina prescinde realmente de um grande e moderno aeroporto para que possamos ter aqui um terminal de passageiros adequado para recebermos todos aqueles que nos visitam.

Muito obrigado e parabéns pelo brilhante pronunciamento! E essa comissão tem que ser constituída, de vez por todas, nesta Casa.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não, ouço o deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. deputado Edison Andrino, na verdade concordo que o aeroporto de Florianópolis é o aeroporto dos catarinenses, é um meio de chegada a Santa Catarina.

Nós, que temos viajado e conhecemos outros lugares, sabemos que, no sul do país, o único lugar que não tem um aeroporto decente é Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e Paraná têm.

Nós estávamos, na semana passada, no Uruguai, onde o produto interno bruto do país é a metade do produto interno bruto do estado catarinense. Estão construindo lá um super aeroporto, um grande aeroporto no Uruguai. Nós temos uma economia muito maior. E não é um aeroporto turístico, porque o aeroporto turístico fica em Punta Del Este e não em Montevideo.

Aqui em Santa Catarina, e tenho dados mostrando, se chegarem, ao mesmo tempo, seis aviões, eles não têm onde desembarcar os passageiros. Só cabem cinco aeronaves no pátio do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis. Se chegar uma sexta aeronave, ela não terá onde parar.

Nós estamos ganhando com os eventos na área do turismo e, com o esforço do governador Luiz Henrique da Silveira, Santa Catarina é o melhor destino para o turismo, mas se todo mundo resolver vir para cá, com os vôos *charter*, não sei onde vão ficar os aviões e onde as aeronaves vão estacionar. Não tem onde parar porque não existe pátio.

Não é só o problema do prédio do aeroporto, a questão pior e mais grave do aeroporto é o pátio para as aeronaves ficarem.

Então, quero parabenizá-lo. Acho que essa comissão é importante, é um problema de Santa Catarina e essa iniciativa de ir a Brasília é primordial, pois é uma obra e uma questão do governo federal. É bastante importante fazermos uma comissão para tirarmos uma posição da Assembléia Legislativa, porque nós somos os representantes mais próximos dos catarinenses, ou melhor, os mais diretos representantes dos catarinenses, para juntamente com a bancada federal gestionarmos pela urgência da melhoria do Aeroporto Internacional Hercílio Luz de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa.

Nós precisamos, deputado Elizeu Mattos, encabeçar essa luta. Acho que a Assembléia tem que sair na frente, porque todo mundo está reclamando, todo mundo está a se manifestar, mas eu acho que precisamos pressionar o governo federal.

Nós corremos sério risco de não sediarmos a Copa do Mundo em Florianópolis sob o argumento do governo federal de que o aeroporto não está bom para que possamos trazê-la para Florianópolis - e por culpa, mesmo, do governo federal.

Então, deputado Marcos Vieira, v.exa., que conhece bem o aeroporto, sabe que nem ônibus existe para transportar os passageiros do prédio para o avião e vice-versa. Há uma dificuldade enorme na estrutura do Aeroporto Hercílio Luz.

Quero fazer um apelo ao deputado Peninha, que está dirigindo esta Casa, para que leve ao deputado Julio Garcia, nosso presidente, essa proposta no sentido de criarmos essa comissão, marcando uma audiência na Infraero, em Brasília, e na Presidência da República, juntamente com os nossos deputados e senadores, para que possamos, de uma vez por todas, definir essa novela do Aeroporto Hercílio Luz.

Outro assunto, sr. presidente, que eu gostaria de trazer a esta Casa diz respeito à questão da crise internacional. Vejam v.exas. que o governo federal socorreu de imediato os bancos, o primeiro socorro foi para os banqueiros.

Não vou entrar no mérito dessa questão, porque acho que a medida que o presidente Lula adotou em socorro aos banqueiros tem a ver também com sua preocupação para com a economia nacional e não só com a questão do sistema financeiro.

Socorreu, em seguida, deputado Elizue Mattos, o sistema da construção civil. Liberou quantias enormes, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, para que o setor imobiliário, o setor da construção, que emprega muito neste Brasil, pudesse também sair ileso nessa questão da influência da crise internacional.

E, recentemente, criou um fundo de financiamento para o comércio para que esse setor também não sofresse o abalo da crise e pudesse ter a sua movimentação comercial normal, que as pessoas pudessem ter crédito para comprar no comércio, principalmente durante este período de Natal.

E aqui eu faço uma indagação. Antes da crise, o preço do combustível, em nível internacional, estava em torno de US\$ 150 o barril, hoje está em torno de US\$ 55, US\$ 60. E aí esta Casa pode sair na frente, sr. presidente, pois temos uma manifestação que pretendemos entregar por escrito à Mesa Diretora para que o presidente Lula e a Petrobras possam também diminuir o preço do combustível no Brasil.

Se antes da crise o petróleo estava em torno de US\$ 150 e baixou para US\$ 60, por que não baixar também o preço da gasolina, do óleo diesel no Brasil.

É uma maneira também de incentivar a nossa empresa brasileira e acima de tudo o consumidor, a população brasileira. Seria uma medida que viria de encontro às outras medidas do presidente da República, que já atendeu os bancos, o setor imobiliário, o comércio de uma maneira geral, e precisa atender também a população que vai sofrer, individualmente, os reflexos da crise internacional.

Por isso nós vamos fazer uma proposta nesta Casa, para que a Petrobras e o próprio governo federal, através do presidente Lula, também baixe o preço do combustível na mesma proporção que caiu o preço em nível internacional.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados.

Antes de pronunciar-me, quero fazer um registro e agradecer a presença do meu amigo, da minha terra natal, Sadi Bonamico, prefeito eleito daquela querida cidade, que, juntamente com sua esposa, com Paulo e sua companheira, participam aqui do nosso dia, visitando o Parlamento catarinense.

Parabéns! Sucesso como prefeito da querida e maravilhosa cidade de Descanso. Com certeza, terá sucesso e vai transformar aquela cidade, aquele município em referência de desenvolvimento. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Sucesso e parabéns pela vitória como prefeito municipal.

Quero manifestar-me aqui em nome da bancada do PT. Fico muito tranquilo para falar de infra-estrutura e do governo do presidente Lula.

O deputado Edison Andriano assoma aqui, esta tribuna, com uma facilidade enorme, para exigir obras do governo federal. Eu sou solidário, até porque o PMDB e o PT são bases de sustentação do governo e o presidente Lula é do PT.

Agora, todos sabem dos problemas que houve na licitação da obra do aeroporto. O aeroporto continua sendo prioridade do governo federal, mas o governo do estado não tem nem a capacidade de discutir aqui o acesso ao aeroporto. É obra do governo do estado. E aquele entroncamento que termina a Via Expressa Sul, quando é que vão fazer? Quando é que vão fazer o acesso até o aeroporto? Tem problemas? Quais são os problemas? Não tem orçamento? Peguem os R\$ 60 milhões da Cide, que está vindo do governo federal para o estado.

Todo dia há problemas de trânsito lá, sem falar de quando tem jogo do Avaí, o qual foi para a primeira divisão. Parabéns ao Avaí, mas no ano que vem vai ser uma tragédia aquela região.

Eu concordo que tenhamos que discutir a questão do aeroporto. Conversava com a senadora Ideli Salvatti, na semana passada, para intermediar junto ao governo federal a fim de apoiar o projeto de infra-estrutura.

Nunca este estado teve tanto recurso do governo federal como está tendo agora no governo do presidente Lula: na duplicação da BR-101; na modernização da BR-282, sobre a qual falava ontem com o João José e foram aprovadas emendas dos deputados federais e senadores para modernizar a BR-282 de Florianópolis a São Miguel d'Oeste; na readequação de pista da BR-163, que liga São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira; na BR-280; na BR-470; nos projetos ferroviários que já estão em licitação; nos projetos do aeroporto de Jaguaruna e do aeroporto de Correia Pinto; nos portos aqui de Itajaí, São Francisco, Laguna, Imbituba.

Agora, o governo do estado tem que dizer se vai fazer o acesso ao aeroporto ou não, porque é fácil vir aqui fazer discurso na busca de apoio do governo federal.

Em segundo lugar, em relação aos combustíveis, claro que o discurso fácil é dizer que os preços vão baixar, mas quando o barril custava US\$ 59 ou US\$ 60, o preço do combustível no Brasil estava um pouco mais de R\$ 2,00, depois o barril subiu para US\$ 130 e o governo Lula segurou em dois reais e pouco. Então, precisamos colocar as coisas no seu devido lugar e colocar a responsabilidade no governo do estado.

O Sr. Deputado Edison Andriano - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andriano - Eu quero dizer a v.exa. que não fiz uma reclamação do governo Lula, mas o PT, às vezes, também faz discurso fácil.

Quanto à questão do aeroporto acho que v.exa tem razão, é preciso resolver o problema. Agora, uma coisa não justifica outra, não é possível empurrar mais com a barriga a questão do Aeroporto Hercílio Luz, e nós temos que buscar uma solução. Eu sei que é verdade que o governo federal tem investido muito em infra-estrutura em Santa Catarina, nunca disse o contrário. Agora, nós estamos lutando por um aeroporto que não é nosso, mas, sim, do oeste, do sul, do norte, enfim, de toda Santa Catarina, que precisa urgentemente de solução. E v.exa. pode acreditar que se nós não buscarmos agora, de imediato, uma solução, o governo federal acabará, por uma série de pressões, inclusive com a desculpa da crise internacional, empurrando o aeroporto para o ano que vem, para 2010, e nós vamos ficar com o nosso aeroporto sem solução e sem alguns eventos em nível internacional.

Então, o apoio de v.exa é fundamental para que nós possamos definir de uma vez por todas a novela do Aeroporto Hercílio Luz.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputado Edison Andriano, quero dizer que a nossa bancada não é só solidária, mas também que podem contar com ela no sentido de viabilizar a infra-estrutura aqui no estado e não será diferente em relação ao aeroporto internacional. Já manifestamos isso em outras oportunidades, quer dizer, somos favoráveis, temos que internacionalizar, pois é o único estado que não tem um aeroporto internacional de forma efetiva. Existe o de Navegantes, mas está com sérios problemas de infra-estrutura, de funcionamento pela situação de conflito entre o porto e o aeroporto. Então, estou solidário com esta luta pela internacionalização. Ao mesmo tempo, espero que o governo do estado faça o acesso até o aeroporto para resolver o problema do trânsito, pois estamos torcendo para que o Avaí no ano que vem seja campeão da série A e, por isso, precisamos ir lá torcer.

O deputado Serafim Venzon se manifestou ontem em relação ao piso salarial, e o deputado Professor Grandó também, dizendo que o governo do estado não é contra o piso dos professores. Mas, então, é a favor do quê? Quero entender esse raciocínio dos meus colegas, porque se o governador não é contra o piso salarial dos professores, como ele assinou a Adin, a Ação Direta de Inconstitucionalidade?

O que a Adin propõe? O que a Adin que o governador assinou questiona? Duas coisas. Em primeiro lugar, a hora/atividade de 1/3, de 33%. Vários estados do país já têm 30%, 37,5% ou 40% de hora/atividade atualmente e aqui são 20%. Então, a hora/atividade foi uma das razões da Adin, mas quando se decide piso salarial, há que se decidir a carga horária também e, dentro da carga horária, o tempo para estudar, para planejar, para pesquisar e o tempo para ensinar. Quatorze horas para estudar e pesquisar não é muito para 26 horas em sala de aula!

Em segundo lugar, o coração da lei está sendo questionado na Adin, ou seja, o conceito de vencimento. O conceito básico do vencimento de R\$ 950,00 está sendo questionado na Adin, porque se quer incorporar um monte de penduricalhos no vencimento básico. Portanto, o coração, a alma da lei do piso está sendo questionada pela Adin! Como algum deputado vai-me convencer de que o governador é a favor do piso? Vão falar para outro! Está-se questionando os dois pontos centrais da lei, que são a hora/atividade, 1/3 para pesquisar e estudar e o conceito básico, o conceito de vencimento. Se o conceito de vencimento básico é R\$ 950,00, então esse é o vencimento! Por isso, em janeiro será incorporado 2/3 sobre esse vencimento e até 2010 o restante!

Quando vejo aqui o menor PIB do país, que é o do Piauí, de R\$ 4,2 mil ou renda *per capita*. (Passa a ler.)

"Enquanto o Distrito Federal manteve a liderança no *ranking* do PIB *per capita* anual, os estados do Maranhão e Piauí continuaram a ocupar as últimas posições no *ranking* do IBGE, ou seja, R\$ 4,6 mil e R\$ 4,2 mil, respectivamente".

O estado do Piauí tem o menor PIB *per capita* anual. E lá o governador encaminhou à Assembléia Legislativa o piso salarial de R\$ 980,00.

Srs. deputados, nós podemos aqui construir e desconstruir discursos para a defesa do governo. Mas para isso não há defesa. Santa Catarina terá que dizer que a educação é prioridade através do piso dos professores. Deputado Sargento Amauri Soares, não estamos discutindo um teto de R\$ 25 mil, como há outro projeto aqui na Casa. Estamos discutindo o piso do professor. E essa é uma lei republicana que deve ser defendida por todos os partidos, por isso essa frente parlamentar aqui na Casa para defender o piso dos professores de R\$ 950,00.

Falo isso com a convicção de um professor atuante e educador há 20 anos numa universidade. Por isso, a defesa do piso, pois é um direito elementar, básico, tímido ainda...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A Presidência registra as presenças de alunos da 4ª série da Escola de Educação Básica Santos Dumont, de Blumenau, juntamente com a professora Aurea Trierweiler. Sejam bem-vindos. Tenho orgulho de dizer que já morei em Blumenau e estudei na Escola Dom Pedro II.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0429/2008, de autoria do deputado Clésio Salvaro; 0430/2008 e 0431/2008 de autoria do deputado Edison Andriano; e 0432/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica a professora Eliana Maria Gastaldi e alunos do Centro de Educação Infantil Zé Carioca, de Joinville, pela conquista do 2º lugar no 7º Festival de Vídeo Estudantil e Mostra de Cinema de Guaíba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à dupla sertaneja Paulo Roger e Dinei, pela brilhante participação no Festival Sesi de Música 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Sociedade Ginástica de Joinville, pela passagem dos 150 anos de fundação daquela sociedade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça e ao diretor do fórum da Comarca de São Bento do Sul, pela instalação da 3ª Vara dessa Comarca.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao tenente-coronel Orlando Rodrigues, lotado na Casa Militar desta Assembléia, cumprimentando-o pela promoção no cargo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT -, solicitando providências urgentes na recuperação da BR-280, no trecho que liga os municípios de São Francisco do Sul e Canoinhas, inclusive com a pintura das faixas ao longo da rodovia.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a reavaliação dos termos da instrução normativa n. 06, de 23 de setembro de 2008, do ministério do Meio Ambiente, que estipulou o palmito (*euterpe Edulis*) Jussara como espécie da flora brasileira ameaçada de extinção, preservando-se as peculiaridades regionais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Anúncio a presença nesta Casa do vereador Dionísio Maçaneiro, que foi reeleito, juntamente com outras pessoas, do município de Rio do Sul, que estão visitando a Assembléia Legislativa. Convido-os para após a sessão visitarem o meu gabinete na primeira-secretaria da Casa.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e ao ministro da Pesca, solicitando a reavaliação dos critérios de disposição do óleo diesel ao pescador artesanal, subsidiado quando utilizado em sua atividade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada à coordenadora do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando estudos referentes à instituição de programas contendo legendas em filmes documentários e narrativas produzidos em língua portuguesa, permitindo a compreensão aos deficientes auditivos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria da liderança do PP, a ser enviado ao diretor do Detran, solicitando informações sobre quais os contratos firmados entre o governo do estado por meio da secretaria da Segurança Pública com intervenção do Detran e os cartórios de registro de títulos e documentos do estado de Santa Catarina que embasam a Portaria n. 039/Detran/Asjur/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as obras realizadas no Aeroporto Serafim Enoss Bertaso, no município de Chapecó, nos anos de 2003 e 2004. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria constante na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, observo um informe político do colonista Roberto Azevedo que faz uma radiografia da importância do peso político do sul de Santa Catarina, no tempo que vivenciamos hoje.

(Passa a ler.)

"O sul de Santa Catarina tem uma das maiores representatividades políticas do Estado. São 10 deputados estaduais, incluindo Nereu Guidi e Ronaldo Benedet, respectivamente secretários estaduais do Planejamento e da Segurança Pública. Terá três deputados federais, a partir de fevereiro de 2009, quando Edinho Bez (PMDB) terá a companhia de Jorge Boeira (PT), que assume no lugar de Carlito Merss, prefeito eleito de Joinville e, mais tarde, de Acélio Casagrande (PMDB), que deve assumir no lugar do efetivado Paulo Bauer (PSDB), cuja titularidade se dará com a renúncia de Djalma Berger (PSB) para assumir a prefeitura de São José. Esta força é ampliada no Executivo com as presenças marcantes de Geraldo Althoff, da Articulação Nacional; Ivo Carminati, Articulação e SC Parcerias; e do ex-governador e presidente estadual do PMDB, Eduardo Pinho Moreira, que preside a Celesc. E essas figuras conferem ao sul tal *status*, que a participação da região na economia supera em 8.45% do Produto Interno Bruto - PIB -, ou 15% da população catarinense.

Este cartão de apresentação só não é completo por perdurar durante décadas, na mesma região, uma velada dissipação de interesses em nome de uma resistência cultural.

Agora, movido por um ideal de convergência, que ganha consistência a partir de um estudo da Unesc e da Unisul, as nossas duas grandes instituições de ensino superior com sede em Criciúma e Tubarão, o sul quer usar esta singularidade incomparável no contexto geográfico do Estado ao seu favor. A proposta, originada em uma provocação de Geraldo Althoff, estará em debate hoje, pela manhã[...] [sic] - e está acontecendo - no município de Criciúma, através da RBS e poderá ser acompanhada inclusive pela TVCOM.

E há de se ressaltar nesse processo todo aquele que consideramos um dos maiores líderes do sul do estado, o meu querido amigo, deputado federal e secretário Nacional do ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski, uma pasta atuante, com recursos de grande monta no governo federal, que tem como ministro o progressista Márcio Fortes. Penso que sincronizando todas essas forças vivas que temos, enaltecidas e conferidas pela vontade popular, não tenho a mínima dúvida de que o sul do estado, a partir do início do ano, haverá de dar um salto muito grande na economia e no desenvolvimento de todo o nosso povo e toda nossa gente.

É preciso ressaltar que já há uma perspectiva muito próxima, inclusive com estudo de impacto ambiental, com o estudo técnico e econômico já viabilizado, para a implantação de uma usina de 425 megawatts/hora de geração de energia a partir do carvão, no município de Treviso. Há a perspectiva de uma usina para o município de Lauro Müller e outra para o município de Criciúma, na divisa com Araranguá. Com a modernização do porto de Imbituba, com a construção do aeroporto regional, com os R\$ 18 milhões já consignados no Orçamento para o projeto da transitoriana, que integrará os portos catarinenses desde Laguna, Imbituba, Itajaí até Itapoá, queira Deus, dentro de uma projeção macro, que vem desde o porto do Rio Grande, cruzaremos a serra e chegaremos ao porto de Paranaguá.

Então, eu acho que uma das maiores perspectivas é a duplicação da BR-101, que foi tema de debate nessas eleições em todos os municípios que congregam o grande sul-catarinense. E a preocupação dos "prefeitáveis" foi, juntamente com toda a sua equipe futura de governo na elaboração dos planos diretores da cidade, a promoção de uma ação onde se possa efetivamente "linkar" uma integração desses municípios com o maior corredor de escoamento de produção da América do Sul, que é a BR-101.

Eu vejo com bons olhos que é uma perspectiva muito grande, meu amigo deputado Silvio Dreveck e meu amigo deputado Elizeu Mattos, lageano, que o sul busca agora ao resgatar aquilo que lhe é conferido de direito e que ficou esquecido ao longo dos tempos. Primeiro, pela vertente do governo nacional, por falta de uma política específica para a matriz energética do carvão que, ao longo de anos, não traçou um planejamento estratégico, compatibilizando a geração com a macrodistribuição de energia.

Um país que tem mais de dez milhões de brasileiros sem acesso a uma lâmpada, não pode prescindir da capacidade de auto-suficiência através dos minérios do seu subsolo, que existem não só do nosso estado, como também nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, além da perspectiva de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, na própria Amazônia. Contudo, por falta de um planejamento estratégico, estamos à mercê de uma situação de carência.

Temos, enfim, condições de gerar energia no sul de Santa Catarina e levá-la ao sudeste de São Paulo e a tantas outras regiões que necessitam desse implemento para investimento na área industrial.

Eu acredito no potencial do sul, que hoje cresce 2,6%, 2,8%, 3%, no máximo, ao ano, comparado ao norte, que cresce 10%, 12%, ou seja, cresce mais que o PIB chinês, justamente pela condição da infra-estrutura, meu amigo, deputado Professor Grandó, v.exa. que é um grande conhecedor desse aparato todo do desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Eu acredito na união de esforços dessa conjuntura suprapartidária política, a exemplo do que foi feito na barragem do rio São Bento, que foi uma emenda coletiva proporcionada por todos os parlamentares e que hoje é uma realidade. Agora a barragem do Salto, amigo deputado Serafim Venzon - v.exa., quando deputado federal, foi signatário, lutador atuante para que aquela emenda coletiva fosse colocada à disposição no ministério da Integração e que hoje é uma realidade - está abastecendo toda a população carbonífera.

E uma preocupação, meu amigo presidente, deputado Rogério Mendonça, que trago a esta tribuna, através de um contato que fiz com o presidente da Casan Valmor De Luca e o diretor Valmir Piacentini, meu conterrâneo lá de Treviso, no sul do estado, é que os recursos que estão consignados para a construção da barragem do rio São Bento, no PAC, através do ministério da Integração, necessitarão, obviamente, da contrapartida do estado.

A rubrica que temos é tão-somente de R\$ 1 milhão. Já fizemos contato com o relator do Orçamento, deputado Renato Hinnig, que imediatamente providenciou aos seus assessores, e estamos aqui fazendo um pedido aos srs. parlamentares para que nos ajudem nessa caminhada, a fim de que possamos colocar em torno de R\$ 7 milhões a R\$ 8 milhões, recursos esses que serão suficientes para, a partir do início do ano de 2009, "startarmos" esse processo. Já foram depositados recursos para a desapropriação de três propriedades, onde será feita a barragem do rio do Salto, e na sequência, então, a desapropriação das demais áreas.

Mas evidentemente que além de estar no PAC e estar vinculado também ao ministério da Integração, há necessidade hoje premente da parceria integral do governo do estado na sua contrapartida, a exemplo do que ocorreu na barragem do Salto, na época ainda, em 2001, do ex-governador, Amin.

Espero que essa experiência vivida na barragem do rio São Bento seja seguida também agora neste governo de Luiz Henrique. Mas eu tenho certeza da sensibilidade do governo para fazer essa obra acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito, na sequência, para falar o deputado Elizeu Mattos, que representa prioritariamente Lages e a região serrana catarinense, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, uso a tribuna desta Casa, na manhã de hoje, para abordar e discutir um tema, deputado Silvío Dreveck, que é o mal do século, pois destrói famílias, destrói cidades, destrói pessoas. Esse assunto é responsável por mais de 70% da criminalidade do nosso país.

Estou-me referindo às drogas e este Parlamento, os governos federal e estaduais, os deputados federais e estaduais e o Congresso Nacional precisam urgentemente fazer uma ação, não um discurso, com vistas ao combate ao mal do século, que está próximo de nós, pois todos os dias tomamos conhecimento de que um amigo nosso, um filho de um amigo nosso, um filho de um conhecido nosso ou um parente nosso estão enveredando pelo caminho das drogas.

Sr. presidente, nas cidades interioranas, nas cidades pequenas - e falo da minha cidade ou de qualquer cidade -, já está chegando esse mal do século destruindo famílias; os parques são destruídos na guerra do tráfico; as pessoas têm medo de sair de casa em função da criminalidade decorrente do tráfico de drogas.

Deputado Serafim Venzon, pela manhã, aqui em Florianópolis, houve um tiroteio na avenida Ivo Silveira e os carros tiveram que voltar para não serem atingidos. Por quê? Guerra do tráfico!

Isso tem que ser combatido, temos que achar um jeito de combater essa guerra! Tem que haver uma ação policial, mas não só isso, tem que haver nos currículos das escolas matéria que ensine as nossas crianças, os nossos adolescentes a evitar o contágio com as drogas! Temos que alertar que isso mata, que isso destrói as famílias, as comunidades, as cidades, os sonhos das pessoas.

Srs. deputados, é preciso seriedade e temos que fazer um projeto. Eu tenho acompanhado, deputado Professor Grandó, um projeto desenvolvido lá no estado do Paraná - copiar o que é bom não é feio, feio é copiar o que é ruim. Esse projeto, que talvez eu apresente nesta Casa, prevê que no ensino fundamental, médio e universitário seja adotada no currículo matéria de orientação para a prevenção do uso de drogas.

Esse tema nos preocupa, preocupa quem é pai, e eu sou pai, tenho dois filhos, e preocupa os nossos amigos que também são pais. Porque às vezes descobrimos o viciado que está perto de nós muito tardiamente e a recuperação é muito difícil. Esta semana tomamos conhecimento, através da revista *Veja*, de que um grande ator, um galã de novelas, pediu socorro! Quem imaginaria? Mas pediu socorro porque está enterrado nesse mal do século e não sabe como sair.

Por isso eu conclamo a Assembléia Legislativa ao debate sobre esse tema, para que possamos fazer aqui no estado, juntamente com o governador, uma junção de forças visando combater esse problema.

Mas nós sabemos, deputado Professor Grandó, que não é necessário combater somente o usuário, temos que trancar o traficante. Pegando o traficante, que não é muita gente, nós vamos diminuir 70% a criminalidade.

Nós conhecemos quem trafica! Eu sei! Eu nunca usei droga, nunca me aproximei de droga, mas nós sabemos, em todas as cidades, onde está e quem é o traficante sem nunca ter participado do meio e ter convivido com ele.

Então, tem que ser feita uma ação enérgica para o traficante ir para a cadeia e não ser solto amanhã, porque o traficante, aquele que trafica está vendendo drogas, está destruindo famílias, aquilo que nós temos de mais puro! Ele está destruindo as pessoas e está ajudando a matar muita gente neste país.

Para v.exas. terem uma idéia, só em relação ao tráfico de drogas, ao consumo de drogas, são 200 mil pessoas por ano que morrem. Hoje, no país, não existe um controle porque só se fala daquele que já se descobriu que está drogado, que está na droga. Chega a quase um milhão de pessoas conhecidas, no nosso Brasil, que estão hoje enterradas na droga.

E eu faço esse pedido aos nossos deputados, a este Parlamento, para que nós possamos, juntos, estudar meios, ações concretas de combate a esse mal.

Nós estamos aqui porque o povo nos colocou aqui. E o povo nos clama lá fora, os pais, as mães, no sentido de acharmos uma saída, uma ação de combate a essa questão.

Para se ter uma idéia, a droga, além de destruir a família, de trazer preocupação à família, há a questão das pessoas que perdem a noção, o sentido das coisas. Elas perdem a noção de quem é o pai, de quem é a mãe. Perdem a noção de que roubar, assaltar é errado. É como se elas fossem comprar o seu alimento, como estava na revista *Veja* desta semana, que é o *crack*. Elas estão perdendo a noção do que é certo e do que é errado.

Então, como nós temos problemas na escola, na sala de aula, nós colocamos, no ano passado - e eu vou pedir novamente isso ao assessor do deputado Paulo Bauer, que está aqui conosco - um vigilante sem arma para cuidar dos colégios. E eu lembro que quando foi implantado o projeto pioneiro em Lages, deputado Silvío Dreveck, para que fossem colocados vigilantes nos colégios mais problemáticos em Lages, houve uma crítica muito grande pelo fato de que nós

tínhamos contratado vigilante, deputado Sargento Amauri Soares, para abrir e fechar o portão do colégio, que ele não precisaria usar cassetete, não precisaria usar arma alguma para abrir e fechar o portão dos colégios. E eu, naquela época, respondi, quando secretário, que nós tínhamos colocado, sim, um vigilante para abrir e fechar a porta do colégio, mas que nós tínhamos fechado também, de uma vez por todas, a porta para o tráfico e para a droga dentro dos nossos colégios.

E hoje, deputado Silvío Dreveck, andando por Lages, andando pelos colégios, o que mais pedem os pais quando nos encontram é a volta dos vigilantes para abrir e fechar a porta do colégio, ou seja, para fechar a porta para o tráfico de drogas dentro dos nossos colégios. Porque esse mal começa dentro dos colégios, começa com a entrada do traficante nos colégios, como entrava no passado. E eles voltaram, sim, com a retirada dos vigilantes, a querer entrar nos nossos colégios para viciar as nossas crianças e os nossos adolescentes.

No começo o traficante dá a droga para o adolescente, para a criança, para, depois de viciado, depois de ficar dependente, ter de comprar a droga para sustentá-lo. Isso é muito grave. Então, não estaremos gastando dinheiro ao combatermos as drogas, estaremos economizando recursos, pois iremos acabar com 70% da criminalidade. Talvez tenhamos que gastar um pouco mais para contratar um vigilante para fechar os portões do colégio, mas será menos problemático ao nosso aluno, pois ficará dentro do colégio e não usará droga.

Enfim, vamos contribuir e economizar para o nosso estado e para o nosso Brasil.

E eu vou convidar os parlamentares, como o deputado Sargento Amauri Soares, que é da área e que conhece o problema, para formarmos um grupo de pessoas, a fim de estudarmos ações concretas no sentido de darmos um pouco mais de tranquilidade ao pai, a mãe, às famílias, às pessoas que querem andar na rua, e darmos um pouco mais de tranquilidade à juventude, para que ela não seja mais aliciada à droga.

Nós temos de montar, com urgência, um grupo para tratar desse assunto, pois esse é o mal do século, isso está acabando com famílias, está acabando com cidades, vai acabar com o nosso estado, vai acabar com o país e está acabando com o mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc e pessoas que nos acompanham nesta sessão de quinta-feira pela manhã, o debate que o deputado Elizeu Mattos traz é um debate importante e que efetivamente precisamos fazer com mais frequência.

O uso de drogas por parte dos usuários, na nossa avaliação, é uma doença, um vício, assim como é o vício em outras drogas, mesmo as consideradas legais, como a bebida alcoólica e o próprio cigarro. Então, por parte dos usuários é uma doença e tem que ser tratada como doença. E por parte daqueles que ganham dinheiro com isso, pouco ou muito dinheiro, ou seja, os traficantes, isso deve ser tratado como caso de polícia.

É evidente que a prevenção começa lá na infância, começa lá na pré-escola, começa no trabalho e no nível de educação que se consegue dar para uma determinada sociedade.

Assim como a educação é importante, deputado Elizeu Mattos, eu entendo, no meu ponto de vista, que a economia também é importante. Porque uma família que não tem emprego para dar sustentação adequada aos filhos, uma família que tem um filho de seis anos, oito anos ou dez anos que tem de ir para as ruas engraxar sapatos ou vender balas nos terminais e nos semáforos, com certeza não terá condições de mantê-lo e segurá-lo fora do mundo das drogas.

É óbvio que há exceções, mas são exceções. Quem vende bala, bombom ou doces nos terminais e nos semáforos com seis anos, oito anos de idade, é possível que com 12 anos esteja vendendo maconha, até porque é provado que dá mais dinheiro. E com 14 anos já esteja armado, ganhando mais até mesmo que um professor. Então, essa sociedade está fadada a deixar a sua infância e a sua juventude à mercê dos traficantes.

Nós precisamos refletir a partir desse ponto. No entanto, é necessário investir em prevenção de segurança pública. E o tirotoio que houve na Ivo Silveira, de um lado da rua para outro, virando um faroeste a nossa Grande Florianópolis, evidentemente apavorando as pessoas que passavam por aquela rua, deus mostras de que nós não temos condições de fazer a segurança preventiva adequada, porque se tivéssemos policiamento e viaturas circulando pela cidade os traficantes não teriam essa facilidade de trocar tiros em qualquer lugar e não serem pegos.

Acontece que está desestruturada a segurança pública em nosso estado. Já não temos mais efetivos para fazer o policiamento ostensivo que fazíamos há 20 anos, quando eu era um jovem policial militar, soldado ou cabo da polícia. Não há mais efetivo para policiamento ostensivo. As viaturas já não conseguem atender sequer as ocorrências que estão acontecendo, quanto mais fazer prevenção. Então, isso dificulta e potencializa mais a liberdade do mundo do crime para continuar praticando seus atos ilícitos que desestruturam a sociedade e espalham a barbárie e o caos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Eu lhe concedo um aparte muito rapidamente, deputado Elizeu Mattos, até porque este não era o nosso assunto principal da manhã de hoje, mas é um debate muito importante e parabeno v.exa. por tê-lo trazido a esta tribuna.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Sargento Amauri Soares, só para corroborar com o seu pronunciamento, gostaria de dizer que a questão da droga não está escolhendo a classe social, e estudos mostram que a classe média hoje é a mais atacada no consumo da droga, aonde o traficante está agindo mais.

Temos ouvido e lido sobre a questão do drogado, principalmente do usuário do crack, que a droga o faz perder o sentido. Ele não tem medo da polícia, só quer saber da droga e não interessa se o policial está a dois metros dele, porque se estiver precisando ele vai roubar e atacar.

Se o traficante estiver dando tiros, é porque está entrando droga, e alguma coisa precisa ser feita para que a droga não chegue, porque se não houver droga não haverá traficante e nem consumidor, que é quem está financiando a guerrilha do tráfico.

Então, é essa a questão que eu trago no sentido de fazermos uma grande ação e podermos ajudar um pouco do nosso estado e as nossas famílias.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com certeza, deputado Elizeu Mattos, continuaremos com esse debate nesta tribuna.

Quero usar o tempo que ainda me resta para falar do movimento das esposas e demais familiares dos praças que fizeram ontem a sua primeira manifestação pública aqui na capital do estado. Foi uma bonita manifestação e emocionante de nossa parte. Esse foi apenas o esquentar de um processo de mobilização que está em curso.

Na próxima quarta-feira vai ser realizada outra reunião com mais movimento, com mais esposas e com mais praças, que será a continuidade desse processo de acumulação de forças que está acontecendo todos os dias com reuniões nas diversas regiões do estado, uma acumulação de forças da categoria, uma acumulação de forças das esposas. Elas organizaram uma cantada infantil, inclusive o deputado Joares Ponticelli falava ontem no seu pronunciamento e eu só descobri à noite.

Eu queria falar um pouco da beleza desse gesto. As esposas e familiares de praças vêm para o movimento, trazem as crianças, elas próprias organizam duas pedagogas e fazem uma creche. Ficam entretendo, alimentando, criando oportunidades de lazer e de cultura para as crianças. O deputado Joares Ponticelli falava disso porque encontrou um grupo dessas crianças saindo de um sindicato aqui na capital depois do movimento, mas eu só fui perguntar à noite o que era esse grupo de crianças e era a creche do movimento das esposas.

É um movimento que além de estar-se realizando, sob o ponto de vista objetivo, por uma demanda salarial específica neste momento, que é o cumprimento da Lei n. 254, também está fazendo uma coisa muito bonita e muito significativa para todos nós, que é a construção da união e da comunhão de propósitos e de sentimentos por parte da família dos servidores da segurança pública, especificamente dos praças.

É a beleza desses gestos que nos comove e que nos empurra para continuar fortalecendo sempre essa luta, e até para continuar trabalhando este mandato na perspectiva para o qual foi criado, que é defender a segurança pública da sociedade e os servidores públicos que prestam essa segurança, mesmo com o risco da própria vida.

O secretário Ivo Carminati, e aqui nós estamos num debate intenso com o governo inclusive pela imprensa, informa que o governo gastou mais de R\$ 1 bilhão em salários, eu suponho que com os servidores da segurança pública, em seis anos. É claro que R\$ 1 bilhão assusta a sociedade! São R\$ 1 bilhão em seis anos para 24 mil servidores de segurança pública, como se isso fosse um absurdo. Isso não é nada num estado que só neste ano de 2008 vai dar R\$ 2,8 bilhões de isenção fiscal. No ano passado já deu R\$ 2,6 bilhões de isenção fiscal. Num único ano! E R\$ 1 bilhão, em seis anos, para 24 mil servidores da segurança pública que buscam combater a criminalidade da qual falávamos há pouco, é muito dinheiro! Evidente que é um debate de imprensa, um debate de mídia.

E vejamos que se formos somar o que foi gasto com as 56 secretarias Regionais dá mais de R\$ 1 bilhão. Vou trazer esse número para ver quanto é gasto com aluguel, construção, etc. para as 36 sedes de secretarias Regionais.

Esse debate continua e o secretário fala que lamenta não haver uma política salarial depois de estar seis anos no governo. De um governo de oito anos já passaram seis e agora, nos últimos anos, quer discutir uma política salarial quando até então se defendia os abonos, aqui desta tribuna, inclusive.

A nossa política salarial é a Lei n. 254, discutida e aprovada há cinco anos. Precisa ser cumprida em breve e essa luta é grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, das dez audiências públicas sobre o Código Ambiental, participamos de oito. Aprendemos, travamos discussões e tenho certeza de que esta Casa em sua sabedoria e experiência chegará a um bom termo sobre a aprovação do Código Ambiental.

Uma primeira questão que eu gostaria de colocar claramente é sobre o órgão responsável pela execução da política ambiental, a Fatma, que possui cerca de 210 funcionários. Mas gostaria de dizer que durante os dois anos e meio que trabalhei naquela fundação possuíamos somente quando começamos 160 funcionários.

Sabemos das dificuldades e são poucos os funcionários para executar a boa política ambiental. Havia concurso que há mais de dez anos estava sendo protelado, as pessoas não estavam sendo chamadas. Executamos o chamamento daqueles aprovados no concurso, mais de 50 funcionários, todos de ponta que realmente executam a política. Com isso melhoramos muito o trabalho da Fatma.

Poucos catarinenses sabem quantos licenciamentos a Fatma executa por ano. Aliás, o que é licenciamento? O processo de licenciamento? Eu até digo que o licenciamento é uma responsabilidade tão grande que tem todo caráter de um atestado médico. Tem que ser feito todo um diagnóstico. Aquela responsabilidade chamada ART - Assinatura de Responsabilidade Técnica -, cada técnico tem o seu número junto ao conselho estadual a que pertence, se é biólogo, químico ou engenheiro, isso significa que ele passa a ser responsável. Vejam bem essa responsabilidade e até o seu salário por essa responsabilidade.

O licenciamento não é somente um ato desse atestado médico, ele é muito mais rígido. Existem várias fases: a LAP - Licenciamento Ambiental Provisório, quando o empreendedor, as pessoas enviam o projeto para a Fatma. É feito um protocolo eletrônico para que realmente o projeto entre de forma completa atendendo os dados conforme determinam as instruções normativas.

Então, primeiro se analisa o projeto. Analisado o projeto vem uma segunda fase de licenciamento, só aí é que irá começar a se fazer essa obra, que é LAI, Licenciamento Ambiental de Implantação.

E o terceiro e final licenciamento é a LAO - Licenciamento Ambiental de Operação. Depois de estar tudo pronto, seja o que for relacionado à questão ambiental, desde a simples execução de uma pequena fábrica, desde a questão do licenciamento de um posto de gasolina, de uma lavanderia, padaria, enfim, são tantas as atividades do meio ambiente, a LAO vai ver se realmente foi executado o que está dentro do projeto, porque muitas vezes é licenciado e finalizam de forma errada. Então, tem que fiscalizar inclusive a última parte do licenciamento.

O licenciamento não é só um ato, é um processo de LAP, LAI e LAO. Mais do que isso, conforme a atividade, a cada dois, três, quatro, cinco anos vai ser feita uma fiscalização pelo técnico ambiental. Tudo isso tem que ser feito em todo o estado, e vejamos qual é o número de funcionários que nós temos! É mínimo para a grande tarefa que precisa ser executada com perfeição e com cuidado, porque o meio ambiente é fundamental.

Mas a Fatma realiza acerca de 15 mil licenciamentos por ano, então vejamos a quantidade para tão poucos funcionários. Precisamos melhorar.

No Rio Grande do Sul, que é um estado maior, a Fepam - Fundação do Meio Ambiente tem mais de dois mil funcionários. No caso do Paraná, existem 1.800 funcionários na fundação daquele estado, que é Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Ora, essa é a média dos demais estados, São Paulo passa de cinco mil, mas nós temos somente um pouco mais de 200.

Mas aí há um detalhe: como atender a demanda? Temos que ser criativos, sim. É descentralizando! Por isso eu quero elogiar o governador Luiz Henrique da Silveira, que mandou um projeto para esta Casa instituindo núcleos da Fatma nas 36 Regionais para melhor fiscalizar e licenciar.

Portanto, esses núcleos irão cuidar de seis, oito, dez, doze municípios dependendo de cada regional. Mas mais do que isso, a política para que cada município na sua autonomia de ente federado, o que é competência do governo federal, do governo estadual, e do governo municipal, também realize licenciamento, e para isso tem que haver a Fundação do Meio Ambiente Municipal, tem que haver o Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, o Condema, e tem que haver um técnico responsável pela ART, Assinatura de Responsabilidade Técnica, no mínimo!

Isso é fácil de fazer, um engenheiro agrônomo, um químico, um biológico, enfim, cada município terá um responsável ou dois, e se não tiver condições de ter a sua fundação, utilizará a associação dos municípios para que esses técnicos possam dar assistência de licenciamento em vários municípios e fiscalizar.

Ora, minha gente, o Consema - Conselho Estadual do Meio Ambiente, através de resolução que é sua competência, determinou quais são e que tipos de licenciamentos devem fazer os municípios quando têm a sua fundação, os responsáveis pela ART, o seu Condena. São licenciamentos que não podem sobrecarregar o órgão ambiental. Porque a Fatma vai se preocupar em licenciar lavanderia, padaria, posto de gasolina, pequenas atividades artesanais? O Consema liberou mais de 300 atividades de pequeno impacto, por isso é que o município pode dar o licenciamento para melhor fiscalizar.

Até porque para você licenciar um posto de gasolina, é só entrar nas instruções normativas através do Sinfat, site da Fatma, e lá está dito que é preciso captar água do telhado, ter os tanques de fibra, concreto usinado, canaletas, e onde há lavação ou troca de óleo é preciso ter caixas de areia para que não haja vazamento para o meio exterior.

Então existem as normas necessárias para se ter um posto de gasolina. É só aprovar e fiscalizar para que se cumpra isso. Para todos são exigidas as mesmas coisas, e assim por diante, lavanderia, padaria, cemitérios, pequenos reflorestamentos. Enfim, tudo isso pode ser feito através do município. Obviamente que há uma resistência dos municípios em não querer órgão ambiental, o posto de gasolina que financiou uma campanha ou uma madeireira que está cortando a madeira, mas esse tipo de política tem que acabar, está deixando de existir, e é necessário exercer a autonomia.

Os novos prefeitos podem ajudar muito na questão ambiental como está fazendo o governo do estado com a descentralização em cada Regional, e vai fortificar, vai realizar concurso para a Fatma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, por até dez minutos o sr. deputado Serafim Venzon, que nasceu no município de Botuverá, que representa o município de Brusque prioritariamente, o vale do rio Tijucas e tantos outros municípios de Santa Catarina nesta Casa.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Peninha, digno presidente desta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, um catarinense que participa conosco através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero abordar, deputado Peninha, um assunto que caminha por todos os órgãos de imprensa hoje e que está na indignação de muitos catarinenses, assim como no grande número de parlamentares desta Casa.

O *Diário Catarinense*, entre os vários órgãos que trazem a matéria, traz também uma matéria a respeito dessa taxa sobre o crédito que revolta o consumidor. "Taxa sobre o crédito revolta o consumidor." É exatamente sobre aquelas pessoas que vão fazer suas compras, por exemplo, um carro, e para fazer o financiamento que as lojas tanto esforço fazem para dizer que os juros estão baratos, que o carro é barato, que é um grande negócio comprar, na hora de fechar o negócio ele é obrigado a fazer o registro. Até agora não consegui entender por que fazer o registro.

Quando uma pessoa compra um terreno ela vai ao cartório, registra e aquela propriedade é sua. Quando a pessoa compra um carro ela recebe o documento e aquele carro é dela, e se comprar à vista faz o registro e tem o carro. Agora, se a pessoa for financiar esse carro como um grande número de pessoas faz, porque dizem que o juro é barato e que é melhor pagar em mais vezes, agora vai ter que passar por uma outra cerimônia, vai ter que passar pelo registro para poder fazer o financiamento. O banco não fará o financiamento, ou não poderá mais fazer o financiamento, se não fizer primeiro o registro no cartório.

Bom, aí para fazer o registro no cartório, vem outra despesa, e, de acordo com o tamanho da dívida, o tamanho do valor financiado, vai variar também o tamanho da conta. Quer dizer, não tem nada a ver com o tamanho do papel que nós vamos gastar lá no registro, e, sim, com o volume da dívida que nós vamos contratar, deputado Joares Ponticelli.

Só para nós compreendermos: se eu financiar R\$ 10 mil, eu vou pagar R\$ 80,00, mas, se eu financiar R\$ 100 mil, terei que pagar R\$ 1.200,00 para fazer o registro no cartório. Por que aumenta o valor? Aumenta o tamanho do papel, aumenta a responsabilidade do cartório? O que acontece para ter que aumentar o valor da conta a pagar no cartório? Esta é a primeira questão.

Em segundo lugar, o que vai mudar no negócio se tiver ou não o registro no cartório? Por exemplo, se o senhor for comprar um carro e por uma desgraça não conseguir pagar, o que vai acontecer na prática? O banco vai tomar o seu carro para pagar a dívida, em princípio, porque ele faz o contrato de uma maneira que o senhor irá perder sempre, o banco vai ganhar sempre. Por isso que os bancos têm tantos bilhões de lucro por ano, R\$ 40 bilhões, R\$ 50 bilhões. O negócio é feito para o banco não perder, é feito para dar segurança ao lado que empresta o dinheiro.

Então, o cidadão que vai comprar o carro financiado, primeiramente, vai fazer esse registro e para fazê-lo vai pagar um determinado valor. Aí vem a pergunta: isso tem a ver com o financiamento? Como ficam as coisas na hora em que eu for comprar um secador de cabelo, numa outra loja agora, não mais na loja de carro, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. que está perdendo os cabelos? Como irá ficar a questão do registro para eu financiar o secador de cabelo em dez vezes ou comprar a geladeira em dez vezes?

Ora, todos estão fazendo essas perguntas. Por que agora o carro, que já não era barato, vai aumentar no mínimo 1%? Para quem estava comprando um carro de R\$ 100 mil, o valor passou para R\$ 101 mil. Aumentou 1% o valor da sua compra à custa desse registro e de outras coisas que estão enroladas nisso.

Estamos todos numa grande teia de aranha e eu estou tentando entender. Há pouco fiz até uma ligação para o Detran a fim de tentar compreender quem é que fez isso. Os deputados aprovaram alguma lei que autorizou o Detran a passar para os cartórios que aqueles que comprarem algum carro, caso seja financiado, vão ter que se enroscar, vão ter que pagar mais uma taxa? Se pagar à vista, tudo bem! Existe uma diferença, será que quando compro o carro à vista sou mais dono do carro do que quando compro financiado?

Eu até liguei para o Detran para tentar compreender quem é que fez isso? Existe uma história tão comprida, mais ou menos como se alguém estivesse se enrolando numa grande teia de aranha, que fica até difícil de compreender.

Primeiro, existe uma resolução nacional do Contran, que é um órgão federal, que regula a propriedade fiduciária para financiamento em banco, a Resolução n. 0159, de 2004. Baseada nessa resolução, existe, agora, a Lei de Registro Público, ou seja, é preciso ter o registro público do seu carro para poder fazer o financiamento.

Aí, o Contran determinou ao Detran, no caso, de Santa Catarina, para que se responsabilizasse por isso. Como o Detran não tem estrutura para fazer esse registro, resolveu delegar isso a alguém. Como não existe ninguém que possa fazer esse registro de contrato, a não ser os cartórios, automaticamente ficou para eles essa grande "fatia", entre aspas, que corresponde mais ou menos a 1% da dívida, para se ter uma idéia. Se for financiar R\$ 30 mil, quanto terei que pagar? Leva uns R\$ 300,00, porque dá mais ou menos em torno disso.

Existe um conjunto de leis a esse respeito: do Contran, do Detran, da Procuradoria-Geral do Estado, do Tribunal de Contas do Estado. E não passou nada aqui na Assembleia a respeito disso. É bom que a população saiba que os deputados não autorizaram essa cobrança, essa taxa a mais, esse custo a mais que vão ter todas as pessoas.

Agora, essa taxa é para quem financia carro, mas, se nós não tomarmos cuidado, amanhã ou depois, quando formos numa loja, na Casas Bahia, no Magazine Luiza, seja onde for, comprar qualquer coisa a prestação, vamos ter que pagar uma taxa para os cartórios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, por até 10 minutos.

O deputado nasceu no município de Pouso Redondo, e depois foi para o sul do estado, onde iniciou as suas atividades políticas, mas também é muito querido no alto vale do Itajaí.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, presidente Peninha, do nosso querido alto vale.

Inclusive, neste final de semana, lá estarei. No sábado, ao meio-dia, estarei em Presidente Getúlio, numa reunião organizada pelo nosso prefeito eleito, Nilson Stainsack; pelo Cipriani, que é o nosso presidente de partido, os nossos prefeitos, os vice-prefeitos eleitos da região, alguns vereadores. E no sábado à noite vou participar de uma celebração religiosa em comemoração aos 50 anos de casamento de um dos irmãos do meu pai, o tio Pedro, que vai comemorar Bodas de Ouro, lá em Pouso Redondo.

Vou poder, assim, rever a família e os amigos do nosso querido vale do Itajaí, onde v.exa., por três legislaturas consecutivas, e em cada uma delas aumentando significativamente a votação, deve ser conclamado a um voo mais alto na próxima eleição, disputando uma vaga na Câmara Federal. Torço para que v.exa. tenha êxito pelo grande trabalho que faz em favor do alto vale e de Santa Catarina.

Mas quero, sr. presidente, abordar, nesta manhã de hoje, um tema que é pouco conhecido, um termo que é até um pouco estranho, mas um problema que nós pretendemos atacar e enfrentar através de um projeto de lei que apresentei há quase dois anos neste Casa, que teve parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e que deve ter das demais comissões a mesma manifestação, para que neste ano, ainda, essa matéria possa ser deliberada em plenário.

Trata-se do *bullying*. *Bullying* é um termo novo sem tradução para o português, mas que define um conjunto de ações, de atitudes agressivas, enfrentamento, xingamento, apelidação, provocação e isolamento com relação às crianças, especialmente durante o período do ensino fundamental, que muitas vezes são tratadas como brincadeiras de época. São frases, brincadeiras, mas, muitas vezes, conhecemos casos de alunos que, de repente, não querem mais ir à escola, e não contam para a família a razão. Na maioria desses casos, quase 100% deles, as crianças perdem a motivação para ir à escola por estarem sendo vítimas do *bullying*.

É muito comum crianças serem apelidadas de forma pejorativa. Essa é uma forma de ação do *bullying*, a verbal, ou seja, quando um aluno ou um grupo de alunos passam a apelar, insultar ou xingar uma determinada criança ou um grupo de crianças.

Outra forma de ação do *bullying* é a moral, quando uma criança ou um grupo delas é difamado, disseminam-se rumores sobre seu comportamento ou sofre calúnias. Isso também ocorre com muita frequência dentro das escolas.

Outra forma de ação do *bullying* é a sexual, quando a criança é assediada, induzida ou até abusada sexualmente. Existe a forma de ação psicológica, quando a criança é ignorada, perseguida, excluída, amedrontada, aterrorizada, intimidada, tiranizada, chantageada ou manipulada. Essa também é uma forma de presença do *bullying* nas escolas.

Temos ainda a forma de ação material, quando o material dessa criança é destruído, estragado, furtado ou seus pertences são roubados. Ainda existe a forma de ação física, quando a criança é empurrada, socada, chutada, beliscada ou quando outras crianças com frequência batem nela.

Ainda há a forma de ação virtual, quando divulgam imagens, criam comunidades, enviam mensagens e invadem sua privacidade.

Segundo a maior estudiosa do assunto, o *bullying* está presente no nosso cotidiano, deputado Sargento Amauri Soares, atingindo em torno de 45% das crianças do Brasil. A professora, estudiosa, dra. Cleo Fante é a maior conhecedora desse assunto no Brasil e tem ministrado palestras pelo mundo afora, requisitada que é.

As crianças vítimas desse tipo de ação na fase educacional - não agindo, não tendo uma proteção, porque às vezes têm vergonha de contar para a família, não tendo por parte da comunidade escolar, desde a direção aos professores, um ataque a isso, pois esse assunto é novo, não é discutido, não é feito seu enfrentamento -, muitas vezes, acabam gerando um trauma. Essa criança cresce criando esse monstro, esse trauma e, depois, na adolescência, esse monstro de proporções imensuráveis pode ser exteriorizado. E aí temos exemplos de adolescentes, de jovens que provocaram séries de assassinatos em escolas, como tivemos casos recentes em São Paulo, na Bahia, e com frequência a mídia internacional relata casos idênticos especialmente nos Estados Unidos.

Todos esses agentes agressores foram vítimas durante o período educacional de ações de *bullying*, desse tipo de práticas através de insultos pessoais, de apelidos pejorativos, de ataques físicos, de grafitagens depreciativas, de expressões ameaçadoras e preconceituosas, de isolamento social, de ameaças. Enfim, é um conjunto de ações que podem gerar esses traumas que no futuro são exteriorizados.

O que nós queremos? Propor uma política estadual de combate ao *bullying* para as escolas da rede pública e privada.

Nós queremos que o estado regulamente essa proposta no sentido, deputado Peninha, de constituir uma equipe multidisciplinar e de abordar a partir do trabalho dessa equipe esse assunto nos currículos escolares. Não queremos criar mais uma disciplina, mas queremos que esta questão comece a ser debatida nas escolas.

Isso parece coisa nova, mas no nosso tempo de escola quem de nós não foi apelidado ou ajudou a apelidar alguns colegas de forma pejorativa. E o que isso gerou? Alguns conseguem

absorver com tranquilidade, mas aqueles que não conseguem, acabam atingindo e provocando uma queda no processo de ensino/aprendizagem. É consequência disso.

Quero fazer um convite a v. exa. e a todos que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital para assistirem a uma palestra da dra. Cleo Fante. A Escola do Legislativo está promovendo a vinda dela aqui mais uma vez, no próximo dia 3 de dezembro, às 10h, no plenarinho, para discutirmos essa questão.

Eu recebi com muita alegria hoje um e-mail de uma bacharel em Direito, chamada Paula Sarina Clementino, do município de Major Vieira. Ela se apresenta como assessora jurídica e informa que o trabalho de conclusão do seu curso de Direito teve como título *A Responsabilidade Civil das Escolas e o Dano Moral, o Bullying*.

O não-combate do *bullying* vai começar a gerar uma série de demandas daqui a pouco sobre as escolas por não terem feito um enfrentamento desse problema.

Então, no dia 3 de dezembro, nós vamos ter a oportunidade de conhecer um pouco mais, de conhecer a estatística assustadora, deputado Herneus de Nadal, que a dra. Cleo Fante vai-nos apresentar sobre a presença do *bullying* nas escolas brasileiras. Os números são assustadores.

E nós queremos com esse projeto instituir uma política estadual de combate, de enfrentamento e de discussão sobre o problema, que é presente, que é silencioso e que promove muitas vezes o arruinamento da vida de uma pessoa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Não quis interromper o deputado Joares Ponticelli, mas é necessário que eu registre as visitas importantes que chegam aqui ao Parlamento. É a integração do Parlamento com a comunidade.

Estão presentes aqui alunos e professores da Escola São Lourenço, do município de Iporã do Oeste, e também da Escola Juscelino Kubitschek, do município de São Miguel d'Oeste, que vêm até a capital procurando buscar conhecimento, informação e logicamente o aumento no conhecimento pedagógico.

Que se faça o registro da presença dos professores que estão aqui conosco, assim como dos alunos e dos responsáveis. É bom que se registre, também, que esta Casa os recebe com alegria e de braços abertos. Todos nós, deputados aqui presentes, os recebemos com muita alegria.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Sejam bem-vindos os alunos de São Miguel d'Oeste e de Iporã do Oeste que estão visitando esta Casa Legislativa.

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, esta Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 92ª Sessão Ordinária, do dia 25 de novembro de 2008, na próxima terça-feira:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s 0286 e 0319/2008.

Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje às 18h, no município de São Miguel d'Oeste.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 050ª SESSÃO SOLENE DA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2008

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

COMEMORAÇÃO AOS 25 ANOS DE LUTA DAS MULHERES

CAMPONESAS

PROPOSIÇÃO DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

SUMÁRIO

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Fala da luta das mulheres do campo e lembra suas conquistas.

PREFEITO AIRTON FONTANA - Aborda a importância dos movimentos sociais nas conquistas da sociedade.

NELSON FOSS DA SILVA - Comenta a importância do Movimento Sem Terra e dos movimentos sociais em geral.

VEREADOR ADAIR DELMAR BERNARDI - Reporta-se às pessoas que contribuíram com a formação do Movimento das Mulheres Camponesas.

LUCIANE CARMINATI - Parabeniza o Movimento das Mulheres Camponesas pela luta.

NEIDE FURLAN - Agradece as homenagens recebidas.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido, neste momento, as seguintes autoridades para compor a mesa: Senhor Ailton Fontana, prefeito do município de Guaraciaba, representando neste ato a excelentíssima sra. Ideli Salvatti, senadora do estado de Santa Catarina;

Senhor Emilio Viera, representando neste ato o secretário de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste, João Carlos Grandó;

Senhor Nelson Foss da Silva, prefeito eleito do município de São Miguel d'Oeste;

Senhor Antônio José Orso, vereador eleito de São Miguel d'Oeste e representante da Fetraf/Sul;

Senhora Neide Furlan, representante da Coordenação do Movimento de Mulheres Camponesas;

Senhora Bernardina Bataglin, representante do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas.

Formada então a nossa mesa, quero aqui saudar todas as autoridades nominadas em nosso protocolo, cada um dos senhores e cada uma das senhoras, de maneira muito especial as mulheres do Movimento das Mulheres Camponesas.

A presente sessão solene foi convocada por solicitação deste deputado, com a aprovação de todos os deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em homenagem ao Movimento das Mulheres Camponesas pela passagem dos 25 anos de luta, de história, de mobilização, de conquistas e de desafios.

Que todos e todas sejam bem-vindos; que possamos, de uma forma muito objetiva, fazer essa homenagem pela Assembleia Legislativa, em nome do nosso presidente, deputado Julio Garcia.

A seguir teremos a apresentação do Hino Nacional, interpretado por Céli Pacheco, acompanhada por Rafael Maurer.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores

Os movimentos sociais brasileiros - e aqui, em especial, o Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina -, foram responsáveis por conquistas históricas que hoje beneficiam toda a população. Sua luta plantou sementes e a colheita, nas últimas três décadas, foi feita por mulheres, homens, jovens e idosos do campo e da cidade.

Acredito ser este um dos grandes méritos e uma das grandes características da caminhada do Movimento de Mulheres

Camponesas: a capacidade de saber que o mundo e as pessoas não mudam seus rumos sozinho e que é necessário um olhar mais amplo sobre a vida, o meio ambiente, a agricultura e, principalmente, sobre a necessidade de maior justiça social e de respeito a todas as formas de vida.

Foi a resistência e a garra de cada uma e de cada um de vocês que plantaram essa semente de esperança no coração das pessoas. E pensar, hoje, que tudo isso partiu da organização e da capacidade de luta de um grupo de mulheres que, há 25 anos, foi visionário ao identificar a necessidade fundamental de um movimento social que defendesse as mulheres do campo e, junto dessa bandeira, trouxesse também outras questões históricas.

E lembremos aqui o trabalho dessas mulheres na Comissão Pastoral da Terra, nas Comunidades Eclesiais de Base e na organização dos sindicatos, enfim, em diversos espaços; ações que mereceram a atenção e o apoio de um dos grandes lutadores do oeste, Dom José Gomes, que via nas atividades e nos debates das mulheres camponesas a essência de uma luta pela vida.

Observemos, por exemplo, conquistas históricas, como: a aposentadoria das agricultoras, a conquista do salário maternidade para as mulheres do campo, o maravilhoso trabalho de recuperação das sementes crioulas, a colaboração que o movimento dá no dia-a-dia para a construção de um projeto popular para o Brasil.

Quero lembrar aqui, fazendo uma homenagem, o fato de que foi a partir da organização coletiva dessas mulheres que surgiu uma das maiores lideranças de Santa Catarina, Luci Choinacki, reconhecida no país inteiro, que foi responsável por representar essas lutas na Assembléia Legislativa e na Câmara Federal. Luci foi e é o retrato de um grupo de mulheres que batalharam na terra, na cidade e que não esmoreceram na disputa pelo seu espaço. As vitórias de Luci representaram, também, as vitórias de cada mulher camponesa e agricultora, que com sua consciência construíram uma das mais belas histórias de um movimento social no Brasil.

Mas acredito que, acima de tudo, o Movimento de Mulheres Camponesas tem como grande mérito ter alcançado, de forma coletiva, o despertar das mulheres agricultoras para a sua cidadania, para a sua identidade com a terra, com a vida. Vocês são verdadeiras heroínas nessa sociedade que, na maioria das vezes, coloca o ter muito à frente do ser.

Era um absurdo flagrante que as mulheres que trabalhavam na roça e em casa, que cuidavam dos filhos e que representavam o alicerce de muitas famílias fossem tratadas legalmente como donas-de-casa. Outro longo debate é a necessidade de regulamentação da atividade das mulheres como donas-de-casa, mas refiro-me aqui, especificamente, ao fato de que essas mulheres sempre tiveram três, quatro ou mais jornadas diárias e poucos ou nenhum dos seus direitos respeitados.

Neste momento de homenagem, de confraternização, de união, também é importante lembrar as lutas que continuam e para as quais precisamos dar voz, levar aos quatro cantos deste estado e deste nosso país. É esse o compromisso que cada um de nós, mulheres, homens e jovens, precisa assumir. Precisamos levar adiante cada uma dessas lutas. O crédito especial para mulheres trabalhadoras rurais, por exemplo, uma reivindicação nacional que representa ao mesmo tempo uma política social e uma política de incentivo econômico, continua na pauta dos movimentos sociais do campo.

É preciso avançar ainda mais na participação das mulheres nos espaços de debate e de decisão na sociedade e assumir, efetivamente, a construção do projeto popular de nação que enfrenta a dependência econômica e valoriza, no campo, o que está vinculado à cultura e à vida da agricultura familiar e camponesa.

Durante muitas ocasiões, nos momentos de dificuldade, nossas utopias, nossos sonhos, nossa esperança de um mundo mais justo e solidário foram duramente atacados por uma realidade perversa, forjada pelo capital que não vê o rosto da pobreza, da fome. E nesses momentos as mulheres do campo, de cabeça erguida e com seus instrumentos de trabalho nas mãos, mostraram-nos que a sua força de luta tinha muito a ensinar.

Continuem por muitas décadas a nos ensinar, como mulheres, trabalhadoras e mães, o caminho da luta e da vitória por um mundo melhor para todos, filhos, filhas, irmãos, irmãs de sangue, de classe, de raça, de cor e de terra."

Parabéns pelos 25 anos e pelo testemunho que vocês dão à sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Nós queremos neste momento passar a palavra ao prefeito municipal Airton Fontana, que neste ato está representando a excelentíssima sra. senadora da República pelo estado de Santa Catarina, Ideli Salvatti.

O SR. PREFEITO AIRTON FONTANA - Minha saudação ao deputado estadual e proponente desta sessão solene, Pedro Baldissera; ao Emilio Vieira, representando aqui o secretário de Desenvolvimento Regional João Carlos Grando; ao prefeito eleito da cidade de São Miguel d'Oeste, Nelsinho da Silva; ao vereador Antônio José Orso, representando também a Fetraf/Sul; à Neide Furlan, representando a coordenação do Movimento de Mulheres Camponesas; à Bernardina Bataglin, representando o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas; ao vereador Adair Deomar Bernardi, deste município; a cada um e a cada uma!

Quero dizer da importância de toda a caminhada, de toda luta que esse Movimento das Mulheres Camponesas tem construído neste país, mas especialmente no oeste de Santa Catarina.

Com certeza a senadora Ideli Salvatti, se pudesse estar aqui, diria que - pelo seu testemunho, seu trabalho, sua luta e pelos muitos preconceitos que enfrentou ao longo de sua caminhada como professora e representante da sua cidade - a sociedade do oeste do nosso estado, sem a caminhada e a luta dos movimentos sociais, não seria a sociedade atual.

Tenho acompanhado um pouco essa luta e o desabrochar dos movimentos sociais, que na maioria surgiram no oeste de Santa Catarina. Com certeza, deputado Pedro Baldissera, uma das idéias que o levou a propor esta sessão solene é o fato da nossa região ser uma das regiões mais solidárias, mais democráticas em que o direito tem avançado, que tem uma sociedade participativa, uma sociedade que tem presente na sua memória, no seu dia-a-dia, no seu trabalho que vale a pena organizar-se e participar, porque é através da luta que conquistamos o nosso espaço, o nosso direito.

Foi muito bem frisado, lembrado aqui pelo deputado Pedro Baldissera, as tantas e tantas lutas, conquistas, que as mulheres camponesas e urbanas têm conquistado graças a essa organização, a essa luta. Sem muitas vezes estar muito presente, quantas e quantas conquistas a sociedade como um todo, principalmente a sociedade que tem mais dificuldade de participar, de envolver-se, tem conseguido graças à organização e à presença dos movimentos sociais.

Por isso, parabéns o deputado padre Pedro Baldissera pela iniciativa, pelo reconhecimento. Parabéns a vocês que se organizam, participam e têm ajudado a construir muitas conquistas, contribuindo para que a nossa sociedade tenha conquistado mais direitos, mais inclusão social, mais democracia, mais organização, enfim uma sociedade cada vez melhor. Esse com certeza é o desejo daquele que quer a felicidade para todos, daqueles que pensam numa sociedade mais humana, fraterna e sustentável, daqueles que pensam na questão do meio ambiente, daqueles que pensam na vida e nas pessoas.

Enfim, parabéns a todos e a todas que de uma forma ou de outra têm contribuído, mas principalmente ao Movimento das Mulheres Camponesas. Parabéns, padre Pedro Baldissera, pela iniciativa. Parabéns a todas as lideranças que estão nesta caminhada, prestigiando e lutando no dia-a-dia. Obrigado pelo espaço e parabéns a todos.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Convido também para fazer parte da mesa a sra. Luciane Carminati, vereadora eleita do município de Chapecó, representando neste ato, o deputado federal Cláudio Vignatti.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Nelson Foss da Silva, prefeito eleito de São Miguel d'Oeste.

O SR. NELSON FOSS DA SILVA - Eu gostaria de saudar o deputado padre Pedro Baldissera e em seu nome todos que compõem a mesa desta solenidade em homenagem a este movimento.

Quero dizer que me sinto aqui, deputado Pedro Baldissera, em casa, porque eu, como muitos que estão presentes neste ato, ajudei a organizar, a fundar um desses movimentos que hoje é um dos grandes responsáveis pelas grandes mudanças que tivemos em nosso país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Tive a oportunidade, em 1984, convidado pela igreja Católica, da qual fazia parte, e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais aqui de São Miguel d'Oeste, de conhecer o que era esse movimento social. E, a partir do momento em que tive essa oportunidade, passei a ser um dos militantes desse movimento. E, como vocês aqui sabem, o Movimento Sem Terra tem uma relação muito próxima com todos os movimentos sociais, e muitas das lutas que realizamos durante todo esse período foram realizadas em conjunto.

Preciso dizer que, principalmente aqui na nossa região, a região do oeste e extremo oeste de Santa Catarina, se daqui a 20, 30, 50 anos qualquer pessoa, qualquer estudioso, qualquer historiador quiser contar a história da nossa região, não poderá fazê-lo sem passar pelos movimentos sociais; uma história que cada um de nós, com muita luta, determinação, coragem e vontade de vencer, ajudou a organizar.

Para que vocês saibam e tenham ideia do que nós estamos falando - porque muitas vezes isso passa despercebido -, aqui em São Miguel d'Oeste, hoje, os movimentos sociais são proprietários, donos, detentores de nada mais, nada menos do que a maior empresa deste município, que é a Cooperoeste. E agora nesse pleito, nessas eleições, com ousadia e determinação, consegui, através da minha eleição, da minha candidatura, o cargo de prefeito municipal desta cidade.

Isso tudo foi construído com os nossos movimentos, o nosso dia-a-dia, a nossa luta. Por isso, essa justa homenagem. E quero dizer aqui, como prefeito eleito desta cidade, que a partir de 1º de janeiro o município de São Miguel d'Oeste estará mais do que nunca com as portas abertas para todos os movimentos sociais, para todas aquelas pessoas que queiram e que compreendem que nós precisamos de fato construir uma sociedade mais justa para todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Convido neste momento o vereador de São Miguel d'Oeste Adair Delmar Bernardi para fazer uso da palavra.

O SR. VEREADOR ADAIR DELMAR BERNARDI - Senhoras e senhores, quero saudar, em especial, o deputado padre Pedro Baldissera, proponente desta sessão solene.

Quando me perguntaram se eu queria falar, achei que devia, e não só pelos senhores e pelas senhoras que estão aqui presentes, porque muitas outras pessoas deram a vida para construir essa bandeira e essa instituição que hoje é o Movimento das Mulheres Camponesas, que nós conhecíamos como Organização das Mulheres Agricultoras - OMA. E quero aqui lembrar duas pessoas, e isso me arrepia. Por isso eu quis falar.

Certa feita, eu e o Darci Lolato fomos levar Catarina Quitó em casa após uma atividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Uma hora ou duas horas depois, fomos comunicados de que ela teve um AVC, um derrame cerebral e não voltou.

Gostaria de trazer a sua lembrança para quê? Não é para chorar, não é para ficarmos com dó, não! Mas foi uma mulher que deu a vida para construir essa organização, esse movimento, para puxar essa bandeira. Vocês, que vieram de longe e estão aqui nos ouvindo, saibam que nós temos que lembrar dos heróis, das pessoas que trabalharam nessa causa. E convivemos muito de perto com essas pessoas que deram a vida para construir uma sociedade melhor, justa, fraterna, trazendo vida a todas essas bandeiras que hoje se levantam. E são elas: Catarina Quitó; Darci Lolato, companheiro que continua na ativa, e outras pessoas. Acho importante rememorar, não podemos prescindir nem esquecer esses nossos heróis.

Parabéns ao sr. deputado padre Pedro Baldissera, que consegue trazer a tona essa questão, quando todo mundo esquece essas datas. Inclusive, hoje, dia 20, comemora-se o Dia da Consciência Negra. Seria muito importante se conseguíssemos colocar na ordem do dia essa discussão, pois muitos problemas poderiam ser resolvidos. Parabéns principalmente por nos trazer essa discussão. Essas pessoas que nos falaram ajudam a contribuir para com o nosso estado e a resolver um monte de situações que precisam ser resolvidas, principalmente quando se trata de gênero, pois existe uma predisposição para deixar as mulheres numa posição desleal, o que acho errado, não concordo com isso.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Registro a presença do vice-prefeito eleito para os próximos quatro anos.

Convido para fazer uso da palavra a sra. Luciane Carminati, vereadora eleita de Chapecó, que nesse evento representa o deputado Federal Cláudio Vignatti.

A SRA. LUCIANE CARMINATI - Quero cumprimentar o deputado padre Pedro Baldissera pela iniciativa, pela sensibilidade com relação à luta das mulheres agricultoras. Deixo um abraço bem apertado, bem caloroso, em meu nome e em nome do deputado Cláudio Vignatti, a todas as companheiras mulheres que estão aqui e aos demais membros da mesa.

Quero ser muito breve e dizer o quanto tenho satisfação de estar aqui neste momento, porque nasci em Chapecó e sou bem urbana. Eu olho para a luta das mulheres camponesas e vejo o quanto têm avançado, o quanto têm de ousado.

Muitas vezes as mulheres urbanas, que ficam muito tempo na frente da televisão, acham que a internet, a TV a cabo, a televisão são a mais alta tecnologia e nem se dão conta de que muitos debates que hoje essa tecnologia traz surgiram do movimento social, surgiram de vocês.

Quando vocês levantam o direito da mulher agricultora de ter sua identidade própria, de ter alimento saudável, de distribuir as tarefas domésticas, de ter direito a escolaridade, de ter participação nesta atual sociedade, isso ainda é muito novo. Infelizmente isso é muito novo. A grande maioria das companheiras, mulheres, ainda não percebeu a sua capacidade de lutar contra o preconceito, ainda não descobriu que, além de se arrumar em frente ao espelho para ficar bela e bonita para o seu companheiro, tem muita capacidade também para produzir coisas novas.

Nós temos muitos desafios. Nessas últimas eleições apenas 6.500 mulheres foram eleitas vereadoras neste Brasil. Dá uma média de uma vereadora por município, um pouquinho mais. É lamentável. E, o pior, foram eleitas apenas 500 prefeitas de 5.558 candidatas.

Então, quero dizer que a luta de vocês tem muito a conquistar na cidade, mas é bom que vocês a puxaram porque isso ilumina, é um farol, é uma luz que nos faz buscar força e energia. Então, gostaria de parabenizá-las, de forma muito humilde, e dizer que continuem sempre firme na luta. Às vezes temos muito medo, mas isso faz parte. Às vezes recuamos um passo para trás e andamos dois para frente, mas a organização de vocês nos fortalece. E, como muito bem falou o Nelsinho, não só a luta do próprio movimento fortalece-nos, mas também a dos demais companheiros.

Então um grande abraço e tudo de bom para vocês.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Neste momento, convido o mestre-de-cerimônias, Washington Luiz Mignoni, para dar início à homenagem.

O SR. MESTRE DE CEROMÔNIAS (Washington Luiz Mignoni) - O Parlamento catarinense homenageia o Movimento de Mulheres Camponesas pela passagem de seus 25 anos de luta pela libertação das mulheres trabalhadoras da opressão e da discriminação, e em defesa de uma sociedade mais justa e baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e a natureza.

Convido a trabalhadora Neide Furlan, representando neste ato o Movimento das Mulheres Camponesas, para receber a homenagem do Sr. deputado padre Pedro Baldissera.

(Procede à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Gostaria de registrar aqui a presença de Aldoir José Kraemer, que representa o deputado Pedro Uczai.

Convido neste momento a sra. Neide Furlan, para fazer uso da palavra em nome do Movimento das Mulheres Camponesas.

A SRA. NEIDE FURLAN - Quero cumprimentar o deputado estadual padre Pedro Baldissera, todos os companheiros e companheiras da mesa, todas as minhas companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas, as mulheres urbanas e os homens que se fazem presentes aqui neste momento.

Quero agradecer por esse momento e dizer, como os companheiros mesmo colocaram, que a história do Brasil contada sem fazer presente os movimentos sociais ligados à vida camponesa, especialmente a nós mulheres camponesas, é uma história fragmentada.

Neste momento, falando do Movimento de Mulheres Agricultoras, eu vi passar uma parte da história de vida de cada companheira, desde 1983. Hoje, o Movimento de Mulheres Camponesas faz a sua história. Quantos momentos difíceis nós passamos, mas também vieram as nossas conquistas. E sabemos que nada veio de graça, mas sim através da nossa ousadia, do nosso sonho. E eu vejo quantas companheiras e companheiros tombaram por sonhos de uma classe trabalhadora.

Estamos aí comemorando os nossos 25 anos de organização, de lutas e de conquistas. Hoje estamos em São Miguel d'Oeste, com o nosso IV Congresso Estadual e também o I Congresso das Sementes e das Ervas Medicinais. Para nós isso é gratificante porque nós, mulheres camponesas, que participamos desse movimento, temos um compromisso com a vida. Nós estamos vivendo momentos difíceis para nós, camponesas. Isso deixa claro que vivemos no sistema capitalista, sistema de exclusão, em que o que importa é o ter e não o ser. E nós, dos movimentos sociais, deixamos muito claro que o nosso compromisso é com a vida, é com o ser.

Eu fico feliz de ver a minha história, bem como a de outras companheiras, contada com essa luta por dignidade, pelo reconhecimento da profissão, pela valorização. Hoje, conversando com nossas companheiras, vemos quantas mulheres presentes ocupam espaços na sociedade. E tudo isso foi através da organização, da conscientização, das dificuldades de sair da sua propriedade. E vocês sabem muito bem como o patriarcado educou-nos.

Fico contente de ver os companheiros trazendo a mesma linguagem com relação ao compromisso que temos e de participar junto com as companheiras desses momentos de decisão, nos quais discutimos também a participação da mulher na política e a questão da mulher produzindo no campo alimento de qualidade para a família e para quem mora na cidade. Nós temos que ter consciência, deputado Pedro Baldissera, da forma como está sendo produzida a comida, o alimento, que deve ser saudável e sem agrotóxico.

Discutimos a questão da biodiversidade entre os movimentos sociais; vimos a questão da saúde, ou seja, quantas doenças existem e não se discute por que, não se fala sobre o uso indevido do agrotóxico. E v.exa., como nosso representante, tem o compromisso de discutir, no novo Código Ambiental, o uso indevido dos agrotóxicos. Cabe-nos, como agricultores e agricultoras, comprar, lavar o vasilhame e entregar nas casas agropecuárias. Mas de que forma, como vamos lavar esse vasilhame, se o resíduo fica lá na terra e na água?

Quero dizer que venho de uma região onde só planta-se pinus. E hoje se discute também essa questão dos eucaliptos, mas nós queremos produzir comida, alimento de qualidade.

Nós falamos na saúde e estamos aí sempre discutindo nos movimentos sociais, que fazem muito bem a discussão da saúde pública de qualidade. Temos também a questão da educação, que nos preocupa. E nós, do Movimento de Mulheres Camponesas, ficamos felizes também de ter participado das discussões e da luta pela interiorização das universidades, entre outras questões.

Penso que este é um momento especial para nós e temos que estar aqui também agradecendo por essa iniciativa e dizendo que a nossa luta continua! Não importa o que vier, continuaremos, às vezes, desafiando a nós mesmas resistindo a esse modelo de exclusão, modelo neoliberal, pois queremos lutar pela vida. Nós somos mães da outra metade da população. Então falamos com sentimento e com orgulho do trabalho que fazemos.

Trazemos sempre presente, em todos os momentos, as lutadoras e lutadores do povo que perderam sua vida lutando por dignidade e por direitos. Então, é um momento especial para a história do Brasil, de Santa Catarina e para essas mulheres que fazem da luta a sua vida e que, às vezes, deixam de se dedicar a outras coisas, porque querem lutar por justiça, por igualdade e por fraternidade.

Só temos que agradecer a todos! E eu quero passar, junto com as outras companheiras que aqui estão, a homenagem que recebemos hoje a cada companheira do campo e da cidade, porque é uma luta contínua, mas que vale a pena, pois quando penso nos meus filhos, não penso só nos meus filhos de sangue; penso nos meus filhos de coração, penso nos homens, nas mulheres e nos irmãos de coração que sonham, como eu, com a dignidade e com a transformação de uma sociedade. Por isso continuamos a participar e a lutar para melhorar a vida de todos.

Espero que as pessoas e as mulheres do campo também tenham consciência de tudo o que está acontecendo. E hoje vimos várias delas agradecendo por estarem participando deste seminário, porque quando se fala em saúde, temos que falar principalmente em prevenção.

Sábado nós teremos a nossa festa da família camponesa!

A luta continua!

Muito obrigada a todos, ao deputado, à Assembléia Legislativa e a todas as companheiras e aos companheiros!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito bem! Então, após termos acompanhado os diferentes pronunciamentos, feita a nossa homenagem pelos 25 do Movimento das Mulheres Camponesas, gostaria de lembrar, neste momento, que segunda-feira a Assembléia Legislativa estará prestando uma homenagem a várias entidades, pessoas, organizações, movimentos, pois todo o ano se faz essa sessão solene.

Então, estaremos lá, juntamente com os 40 parlamentares, homenageando também o Movimento das Mulheres Camponesas e fazendo a entrega da medalha. Não sei quem irá recebê-la, mas, certamente, alguém já deve ter sido designado para representar o movimento e receber a medalha na Assembléia Legislativa. A homenagem será prestada pela passagem dos 25 anos do movimento, mas, acima de tudo, por aquilo que trouxemos presente nas diferentes falas que foram construídas aqui durante a nossa sessão.

Neste momento, convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do hino de Santa Catarina, que será interpretado por Céli Pacheco.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença de todas as autoridades nominadas que tiveram assento à mesa e de cada um e de cada uma de vocês que nos honraram com a sua presença e participaram desta sessão.

Estamos convidando todos para participarem também de um pequeno coquetel, neste mesmo local.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para amanhã, às 20h, no município de Joaçaba, em comemoração aos 40 anos da Unesco.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA DL

ATO DA MESA N. 079-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos para ausentar-se do País, no período de 04 a 08 de dezembro do corrente ano, a fim de participar da Reunião Ordinária da União de Parlamentares do Mercosul - UPM, em Buenos Aires, República da Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de novembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA N. 080-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Renato Hinnig para ausentar-se do País, no período de 04 a 07 de dezembro do corrente ano, a fim de participar da Reunião Ordinária da União de Parlamentares do Mercosul - UPM, em Buenos Aires, Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 25 de novembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 1961/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 046/2008, referente à aquisição de carteiras em couro com brasão e logomarca ALESC em alto relevo, obteve o seguinte resultado:

Lote Único -

Vencedora: Vida Importação Comércio e Representações Ltda.

Valor do Último Lance: R\$ 16.700,00

Florianópolis, 24 de novembro de 2008.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE

PREGOEIRA

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1962/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 047/2008, referente a contratação de empresa para construção de um muro (com elaboração de um projeto estrutural complementar) para fechamento dos "chillers" localizados no lado norte do Palácio Barriga-Verde, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra especializada, obteve o seguinte resultado:

Item único -

Vencedora: GPL - CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 15.000,00

Florianópolis, 25 de novembro de 2008.

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO

PREGOEIRO

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 769**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos e incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais", por ser contrário ao interesse público.

O parecer da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 20 de novembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

*Lido no Expediente
Sessão de 25/11/08*

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício GABS nº 1944/2008 Florianópolis, 13 de novembro de 2008
Ilustríssimo Senhor

IVAN S. THIAGO DE CARVALHO

Diretor de Assuntos Legislativos

Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação
Florianópolis/SC

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente e em atenção ao Ofício nº 1659/SCA-DIAL-GEDAD, datado de 06 de novembro de 2008, encaminho a Vossa Senhoria parecer técnico da Gerência de Resíduos Sólidos desta Secretaria referente a matéria.

Atenciosamente,

ONOFRE SANTO AGOSTINI

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Diretoria de Saneamento e Meio Ambiente - DSMA/Gerência de Resíduos Sólidos - GERSO

Parecer Técnico 005/2008

Referente: Ofício nº 1659 SCA-DIAL-GEMAT da Diretoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Coordenação e Articulação sobre o Autógrafo de Projeto de Lei nº 273/07 da ALESC.

Com objetivo de atender solicitação quanto a parecer sobre o Autógrafo do PL nº 273/07 aprovado pela ALESC, que "Obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos e incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais".

O Autógrafo do Projeto de Lei em discussão obriga os estabelecimentos comerciais que oferecem sacolas plásticas aos seus clientes, que substituam estas por embalagens plásticas semelhantes na forma oxibiodegradável ou de papel.

Segundo estudos apresentados pela instituição Sócio Ambiental dos Plásticos - Plastivida, a denominação correta deste material é plástico oxí-degradável e não oxí-biodegradável, pois não são biodegradáveis, uma vez que não atende às normas internacionais e nem à norma brasileira de biodegradação. Os plásticos oxí-degradáveis são então os modificados com aditivos que promovem a oxí-degradação do material (plástico) por ação de fatores como calor, oxigênio, luz e tensão mecânica, sendo que os aditivos atuam quebrando a cadeia polimérica e os plásticos com eles modificados não são compostáveis ou biodegradáveis, fato comprovado por estudos disponíveis na literatura e por testes práticos.

Considerando que materiais plásticos degradáveis não constituem solução para o problema de resíduo sólido urbano, pois mesmo degradáveis (bio ou não) requerem coleta e continuam a ocupar lugar em aterros, uma vez que a taxa de biodegradação não é tão rápida nesses ambientes. Além disso, se ocorrer a biodegradação em aterros, há também a produção de gases de efeito estufa.

Considerando que a degradação tem taxa mais acelerada em ambientes com alta disponibilidade de oxigênio e incidência de luz, ou seja, os plásticos aditivados degradam mais rapidamente se expostos ao ambiente. Não é uma alternativa de gestão dos resíduos a idéia de certa maneira "promover" o que seria uma opção permitida, jogar o resíduo em ruas, estradas, rios, terrenos baldios etc. (contrário aos princípios básicos da educação ambiental). Ainda, ao se degradar no ambiente, o resíduo não desaparece, mas se transforma em pequenas partículas que se dispersam no meio ambiente continuando a causar impacto ambiental. Ou seja, as soluções para o problema do resíduo sólido não devem acarretar outras conseqüências ambientais talvez ainda mais prejudiciais.

Pelo exposto, ao nosso juízo, sugerimos o **veto ao Autógrafo do PL 0273/07**, prevenindo um desfecho equivocado e assim contribuindo para melhor estudar, e com maior segurança propor medidas eficazmente comprovadas para controlar ambientalmente os resíduos das embalagens plásticas usadas pelos estabelecimentos comerciais, reforçando a necessidade da educação ambiental voltada à gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos para uma coleta seletiva, incentivando o reuso e a reciclagem deste material.

É o parecer.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Robson Ávila Wolff

Analista Técnico de Gestão de Desenvolvimento Sustentável

Claudio Caneschi

Gerente de Resíduos Sólidos

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 273/07

Obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos e incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que oferecerem a seus clientes sacolas plásticas para embalagem dos produtos devem:

I - substituir as embalagens plásticas oferecidas por produtos semelhantes na forma oxibiodegradável ou de papel; e

II - manter disponível, para a venda, bolsas, sacolas ou cestas confeccionadas com material resistente para o uso continuado na acomodação e transporte dos produtos adquiridos.

Parágrafo único. Entende-se por sacola plástica oxibiodegradável aquela que apresenta degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microorganismo, cujos resíduos finais não sejam tóxicos.

Art. 2º Somente as sacolas plásticas fornecidas pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores finais estão incluídas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de trezentos e sessenta e cinco dias de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 05 de novembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 390/08

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Muller - APAE

Of nº 112/08

Ilmo. Sr.

Dep. Júlio Garcia

M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis

Prezador Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste, apresentar a documentação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Muller - APAE, para regularização como entidade utilidade pública estadual.

Sendo o que se apresenta o momento, elevamos nossas considerações.

José Elói Martins

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 391/08

Bombeiros Voluntários Campo Belo do Sul
1ª Unidade da Região Serrana

40ª Unidade no Estado de Santa Catarina

"Dois anos a Serviço da Comunidade de Campo Belo do Sul e Região"

Ofício nº 0389/08 Campo Belo do Sul, 17 de Outubro de 2008

Vossa senhoria

Julio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste repassar o relatório de atividades anual da Utilidade Pública Estadual que está atrasado por que não tínhamos conhecimento do procedimento para renovação da concessão do referido título e após a notificação necessitarmos de um período para confeccionar os relatórios. Sendo assim segue em anexo nossos trabalhos executados no período de 01 de Julho de 2007 a 30 de Junho de 2008. Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemos.

Luciana da Luz

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 392/08

Bombeiros Voluntários Campo Belo do Sul

1ª Unidade da Região Serrana

40ª Unidade no Estado de Santa Catarina

"Dois anos a Serviço da Comunidade de Campo Belo do Sul e Região"

Ofício nº 0388/08 Campo Belo do Sul, 16 de Outubro de 2008

Vossa senhoria

Julio Garcia

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Cumprimentando-o cordialmente, venho através deste repassar o relatório de atividades anual da Utilidade Pública Estadual que está atrasado por que não tínhamos conhecimento do procedimento para renovação da concessão do referido título e após a notificação necessitarmos de um período para confeccionar os relatórios. Sendo assim segue em anexo nossos trabalhos executados no período de 11 de Dezembro de 2006 a 30 de Junho de 2008. Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemos.

Luciana da Luz

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 393/08

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENHA

ESCOLA ESPECIAL HENNY COELHO

CNPJ 73.889.677/0001-04

Penha, 22 de outubro de 2008.

Ilmo Senhor

JOACIR MONTAGNA

Assessor Jurídico da Federação das APAEs de Santa Catarina

Prezado Senhor

Estamos encaminhando em anexo a documentação solicitada, para que possamos manter status de Utilidade Pública Estadual.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente.

APAE DE PENHA

PRESIDENTE

Henny Coelho

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

*** X X X ***

ACAERT - Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão
Florianópolis, 24 de novembro de 2008.

OFÍCIO ACAERT Nº 00163/08

Exmo. Presidente da ALESC

Dep. Júlio Garcia

Prezado Presidente:

Em virtude das fortes chuvas que atingem o Estado de Santa Catarina, bem como o estado de emergência, decretado pelo Governador Luiz Henrique da Silveira, informamos que o Ministério das Comunicações cancelou a solenidade de Assinatura do termo de Consignação de Canais de TV Digital para as emissoras de Florianópolis, marcada para esta terça-feira, 25/11/08, na Assembléia Legislativa que Vossa Excelência tão prontamente disponibilizou. Quando de nova data voltaremos o contato.

Agradecemos a atenção e reiteramos nossos votos de respeito e consideração.

Cordialmente,

marise Westphal Hartke

Presidente da ACERT

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

*** X X X ***

PARECER PRELIMINAR

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Projeto de Lei: 0285.6/2008

Origem: Executivo.

Ementa: Aprova a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2009-2011 e adota outras providências.

Relator: Deputado Renato Hinnig.

PARECER PRELIMINAR

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

I - RELATÓRIO

Dispõe os autos sobre proposição de origem governamental que aprova a Revisão do Plano Plurianual para o período de 2009-2011 e adota outras providências.

A matéria foi lida no expediente da sessão do dia 07/10/2008 e remetida a esta Comissão, onde fui designado Relator em 19/11/2008.

O anexo único da Lei em análise traz uma peça, de cunho orçamentário, que deve procurar estabelecer anseios, objetivos e metas da Administração Estadual dos próximos três anos.

Deve em seu bojo, definir os investimentos mais importantes para concretização dos projetos de desenvolvimento do Estado. Por tal razão é necessária uma ampla participação da sociedade no processo de sua elaboração.

Segundo o Secretário de Planejamento em sua exposição de motivos, anexa (fls. 03):

"Mantiveram-se nessa revisão os mesmos propósitos de adequar os programas e respectivas ações às demandas da sociedade, de assegurar a transparência e o controle sobre a ação governamental, bem como de aumentar a efetividade do gasto público.

O foco da descentralização foi mantido, permanecendo ações centralizadas somente quando consideradas técnica e economicamente inviáveis os seus repasses para as unidades descentralizadas do mesmo órgão ou entidade da administração estadual".

Informa ainda que o processo de revisão foi elaborado de forma participativa envolvendo todos os órgãos públicos e de forma integrada com a colaboração da proposta orçamentária para 2009, de modo a fazer aderência ao PPA para o próximo exercício.

O valor total programado para o período de 2009-2011 é de R\$ 49.953.429.889,00, sendo que R\$ 34.735.830.175,00 (69,53% do global) de recursos do Orçamento Geral do Estado e R\$ 15.217.599.714,00 (30,47% do global) de recursos de outras fontes de financiamentos, discriminados no Anexo Único ao projeto de Lei em análise.

II - DO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

A matéria em análise encontra-se em trâmite perante esta comissão, atendendo a determinação contida no art. 142 e 277/283-A do regimento Interno desta casa.

A revisão proposta encontra amparo no art. 5º, III da Lei nº. 14.359, de 21/01/2008, que aprovou o PPA para o período de 2008 a 2011, abaixo transcrito:

Art. 5º O Plano Plurianual de que trata esta Lei poderá ser revisado, ou modificado:

...

III- Por lei específica, quando da revisão geral, que deverá ser encaminhada à Assembléia Legislativa por ocasião do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Procedemos à análise preliminar do Projeto de Revisão do PPA para 2009-2011, enviado pelo executivo à luz das exigências da Constituição Estadual, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 14.359 de 21/01/2008, que aprovou o PPA em vigor.

Neste quesito, foram preenchidos todos os requisitos formais que permeiam a legalidade da peça orçamentária analisada.

VI - CONCLUSÃO

Devido à exiguidade do prazo procurei neste relatório preliminar apenas me manifestar sobre a legalidade da matéria enviada e definir o cronograma para apresentação de emendas, conforme deliberado na comissão de finanças, quando da análise do relatório preliminar do orçamento para 2009.

Para análise desta revisão serão consideradas as demais exigências legais existentes, bem como uma avaliação conjunta com a LOA 2009, em apreciação nesta casa.

Após as observações já discutidas, concluímos que foram preenchidos os requisitos legais para sua tramitação, deixando para o relatório final, a análise mais aprofundada dos itens que compõem o Anexo Único do Projeto de Lei, bem como, manifestação global acerca das emendas e alterações propostas.

Finalmente, apresento aos nobres pares o Cronograma de Tramitação da Revisão do PPA-2009/2011, parte integrante do presente Parecer Preliminar.

CRONOGRAMA REVISÃO DO PPA - PLANO PLURIANUAL

(Conforme decisão da Comissão de Finanças e Tributação em 19/11/2008)

26/11/2008 (4ª feira) - Apresentação e Publicação do Parecer Preliminar.

27/11/2007 a 02/12/2008 - Período reservado para emendas.

10/12/2008 (4ª Feira) - Parecer Final.

10 e 11/12/2008 - Votação em Plenário.

11/12/2008 (5ª Feira) - Retorno a Comissão de Tributação e Finanças para Redação Final.

16/12/2008 (3ª Feira) Apresentação da Redação Final e Publicação.

17/12/2008 (4ª Feira) - Aprovação em Plenário da Redação Final.

18/12/2008 (5ª Feira) - Encaminhamento ao Executivo.

É o parecer.

Florianópolis, 24 de novembro de 2008.

RENATO HINNIG

Deputado Estadual

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 356/08

Institui o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Cadastro Estadual de Controle de Acidentes de Consumo com o objetivo de fazer o controle social da saúde e da segurança dos consumidores de produtos e serviços colocados no mercado.

§ 1º Os dados do Cadastro auxiliarão o poder público e os fornecedores na atuação preventiva e dirigida à educação dos consumidores e na adequação de produtos e serviços.

§ 2º A redução dos riscos decorrentes da relação de consumo pressupõe a adoção de um conjunto integrado de medidas do poder público, da iniciativa privada e da sociedade.

Art. 2º O cadastro será responsável pelo levantamento, registro e análise das informações sobre acidentes de consumo, sem prejuízo do registro e da alimentação de sistemas próprios dos órgãos setoriais.

§ 1º Os hospitais e prontos-socorros das redes pública e privada encaminharão, trimestralmente, ao Cadastro o registro especificado dos atendimentos decorrentes de acidentes de consumo.

§ 2º As informações sistematizadas serão encaminhadas aos órgãos públicos competentes e aos respectivos representantes dos consumidores e das categorias dos fornecedores de bens e serviços, a fim de subsidiá-los na atuação preventiva e dirigida à educação dos consumidores e na adequação de produtos e serviços.

Art. 3º Os órgãos públicos competentes poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência e independentemente da responsabilidade civil e criminal, os fornecedores prestem informações sobre questões relativas à periculosidade e nocividade dos produtos ou dos serviços oferecidos.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a apresentação deste projeto de lei face à necessidade de oferecer segurança e redução de riscos de doenças e outros agravos para a sociedade, estando ciente que a Constituição Federal estabelece que saúde é direito de todos e dever do Estado que, por sua vez, deve, por intermédio de políticas sociais e econômicas, garantir esses direitos.

Verifica-se, ainda nos termos da Constituição Federal, que a defesa do consumidor é não só um direito individual, cuja garantia deve dar-se por ações estatais, mas também um princípio que deve ser observado por todas as empresas que estejam envolvidas com a atividade econômica.

Esses direitos, regulamentados no Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC, Lei nº 8.078 de 1990, que dispôs sobre a Política Nacional das Relações de Consumo, estabelece princípios importantes como o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor, bem como estudos constantes para o aperfeiçoamento do mercado (art. 4º, incisos I e VIII). A Lei nº 8.078 manifesta que a proteção da vida e da saúde, e a segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços, são direitos básicos do consumidor (art. 6º, inciso I) e ao dispor especificamente sobre esses direitos, privilegia as ações de caráter preventivo (arts. 8º a 10º), sendo destinatários dessas normas não só consumidores e fornecedores, mas também e principalmente o poder público.

Contudo, diante da importância que a legislação brasileira destina à saúde e à segurança, não possuímos instrumentos de controle social dos acidentes ocorridos por defeitos nos produtos e má realização dos serviços. Observa-se que os relatos das entidades médicas indicam que há um expressivo número de acidentes de consumo por inadequações, defeitos e falha de informação nos produtos e nos serviços, o reflexo na maior parte das vezes recaindo sobre as crianças, suas maiores vítimas.

O atendimento dessas ocorrências gera para a rede pública custos significativos, que poderiam ser minimizados, caso houvesse políticas públicas de caráter preventivo para evitar esses acidentes.

Por ser matéria de grande alcance para a sociedade catarinense, espero contar com o apoio dos Nobres Colegas Parlamentares que integram este Poder, para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 357/08

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Banda de Música do 2º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina a Banda de Música do 2º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediado na cidade de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa declarar patrimônio histórico e cultural do Estado de Santa Catarina a Banda do 2º Batalhão da Polícia Militar de Chapecó, que tem no seu histórico seu nascimento em outubro de 1970, pela Lei nº 4.525, sancionada pelo então Governador de Santa Catarina Ivo Silveira, sendo o comandante na época, o Coronel Fábio de Moura e Silva Lins. Sua primeira formação contou com um efetivo de 15 componentes, sendo estes formados na banda de música de Florianópolis.

A Banda de Música teve sua primeira apresentação em Chapecó no dia 7 de setembro de 1972, em desfile no centro da cidade, sendo seu primeiro maestro o Subtenente Valdir Gustavo Garcia.

Nesses 38 anos de atividades a Banda vem percorrendo praticamente todas as cidades do Oeste e Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina e também o Alto Uruguai Gaúcho, onde participa de muitos eventos, entre os quais destacam-se: desfiles, solenidades cívicas, eventos culturais e, mais recentemente, acompanha as atividades do Proerd (Programa de Resistência as Drogas), entre outros, sempre contando com o imenso carinho do público, motivo pelo qual estão participando do Projeto Conservatório de Artes Musicais, pioneiro em Santa Catarina e quicá até no Brasil.

Em sua trajetória, a Banda teve como regentes os Subtenentes Valdir Gustavo Garcia, Mario João Daniel, Carlos Vieira, Francisco de Assis Silva, 1º Sargento Paulo de Amaral Godoi e Subtenente PM Sérgio Nunes de Oliveira e como Maestro Auxiliar o Sargento PM Valdecir Bottega.

Por integrar o ambiente cultural da sociedade catarinense, especialmente da região oeste do Estado, sua integração ao patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina é um reconhecimento aos relevantes serviços que vem prestando ao povo catarinense.

Ante ao acima exposto, espero contar com o apoio dos demais Senhores Parlamentares que integram este Poder, para sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 358/08

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Saúde de Canoinhas.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação Comunitária Saúde de Canoinhas.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I- relatório anual de atividades;

II- declaração de que permanece cumprido os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III- cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV- balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

JUSTIFICATIVA

A Associação Comunitária Saúde de Canoinhas, fundada em 27 de janeiro de 2005 na cidade de Canoinhas, é uma Associação filantrópica, de beneficência, sem fins lucrativos, que tem por objetivo o auxílio e assistência aos doentes carentes e necessitados, de forma a empreender, manter e executar serviços assistenciais, de atividades hospitalares, visando a recuperação da saúde da coletividade.

Anexo ao presente, segue a documentação exigida pela Lei nº 14.182, de 1º de novembro de 2007.

Assim, solicito o acolhimento deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 359/08

Torna obrigatórias a administração das vacinas do calendário básico nacional e outras determinadas pela Secretaria de Estado da Saúde e disciplinadas por Normas Técnicas, para ingresso em instituições públicas e de ensino do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º É obrigatória a apresentação de comprovante vacinal da administração das vacinas de acordo com o calendário básico nacional e aquelas determinadas pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e disciplinadas por Normas Técnicas exigidas nas seguintes situações:

§ 1º As pessoas para ingresso em atividade laboral no serviço público estadual, para ingresso em atividade laboral em instituições de ensino e educação especial.

§ 2º As pessoas para ingresso na formação para graduação em qualquer instituição de educação infantil, inclusive creche, ensino fundamental, ensino médio ou superior e educação especial.

Art. 2º A comprovação vacinal a que se refere o art. 1º deve se dar através do cartão nominal de vacinação conforme esquema vacinal adequado para cada vacina e idade:

I - vacina contra rotavírus humano:

a) instituída no calendário básico de vacinação em 2006, portanto, a partir dessa data toda criança menor de um ano deve receber duas doses dessa vacina respeitando-se rigorosamente a faixa etária para administração:

1. entre dois a três meses e sete dias (uma dose), e
2. entre quatro a cinco meses e quinze dias (duas doses);

II - vacina contra poliomielite:

a) toda criança menor de cinco anos deve ter quatro doses dessa vacina na rotina sendo:

1. três doses com menos de um ano; e
2. um reforço aos quinze meses;

III - vacina BCG:

a) toda criança menor de cinco anos deve ter uma dose dessa vacina sendo:

1. administração após o nascimento;

IV - vacina contra o tétano, coqueluche e difteria (esquema básico infantil):

a) toda criança menor de sete anos deve ter cinco doses de vacina contra essas doenças sendo:

1. menor de um ano (três doses);
2. faixa etária de quinze meses, primeiro reforço; e
3. faixa etária de quatro a seis anos e onze meses e vinte e nove dias, segundo reforço;

V - vacina contra o haemophilus influenzae b:

a) toda criança menor de cinco anos deve ter três doses dessa vacina sendo:

1. com menos de um ano de idade; ou
2. uma dose se administrada entre um ano a quatro anos onze meses e vinte e nove dias;

VI - vacina contra difteria e tétano, (dupla adulto):

a) toda pessoa em qualquer idade deve estar vacinada contra essas doenças sendo:

1. para aqueles que concluíram o esquema básico infantil deve fazer uma dose de reforço com a vacina dupla adulto após dez anos da conclusão desse esquema e a cada dez anos;

2. para aqueles que estão com sete anos ou mais e não concluíram o esquema básico infantil deve completar o esquema de três doses com a vacina dupla adulto e uma dose reforço a cada dez anos; e

3. para aqueles que estão com sete anos ou mais e não fizeram nenhuma dose do esquema básico infantil, deve fazer três doses com a vacina dupla adulto e uma dose de reforço a cada dez anos;

VII - vacina contra sarampo, rubéola e caxumba:

a) o esquema vacinal infantil compreende a seguinte administração:

1. uma dose aos doze meses;
2. uma dose adicional entre os quatro a seis anos; e

3. para aqueles até a idade de dezenove anos e onze meses e vinte dias que não fizeram o esquema vacinal infantil (duas doses), devem completar o esquema ou fazer duas doses com intervalo mínimo de trinta dias entre as doses.

4. para as pessoas na faixa etária de vinte até quarenta e nove anos é apenas uma dose:

VIII - vacina contra hepatite B:

a) o esquema básico infantil compreende:

1. três doses com menos de um ano de idade; e

2. todas as pessoas nascidas a partir de 1983 devem ter três doses.

Art. 3º As orientações técnicas para a administração das referidas vacinas, via de administração, dosagem, número de doses e contra-indicação, seguem a normatização do Programa Nacional de Imunizações.

Art. 4º Compete à Secretaria de Estado da Saúde a responsabilidade pelas orientações e medidas para a aplicação da presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo, no prazo de noventa dias, regulamentará a presente Lei.

Sala das Sessões,
Deputado Jailson Lima da Silva
Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Deputados, o presente Projeto de Lei tem o objetivo de fazer cumprir o calendário de vacinação através da apresentação do cartão de vacina na hora de admissão no serviço público, assim como em ingresso em instituições de ensino no estado de Santa Catarina.

A Lei nº. 10196, de 24 de julho de 1996, de autoria do Senhor Deputado Onofre Santo Agostini, torna obrigatória a administração de vacina contra rubéola em crianças e obriga a apresentação de atestado de vacina contra rubéola no ato de matrícula em escolas, creche e qualquer unidade escolar no estado de Santa Catarina.

Um grande avanço da medicina nas últimas décadas deveu-se ao desenvolvimento e oferta das vacinas à população. A vacinação é uma das medidas mais eficazes na prevenção de doenças contribuindo diretamente para reduções significativas nas taxas de morbidade e mortalidade por várias doenças infecciosas. Além de impedir que o vacinado fique exposto às doenças, a vacinação atua de forma indireta na coletividade evitando surtos e epidemias. Manter a população adulta protegida contra as doenças imunopreveníveis é o maior desafio que a saúde pública vem enfrentando nos últimos tempos visto que o adulto não tem a cultura de procurar por este serviço apesar de considerá-lo relevante e positivo. Portanto, torna-se necessária a implantação de uma política pública que torne obrigatória a vacinação para categorias profissionais.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/08**

Regulamenta o cumprimento do art. 1.361, § 1º, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 1º Esta Lei regulamenta o cumprimento do disposto no art. 1.361, § 1º, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, determinando o registro dos contratos de alienação fiduciária na repartição competente para o licenciamento.

Art. 2º Fica autorizado o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) a firmar convênio para dar cumprimento ao art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Firmando o DETRAN convênio com Cartórios de Registro Civil, Títulos e Documentos e Escrivanias de Paz do Estado, a obrigatoriedade de pagamento dos emolumentos decorrentes do registro caberá, exclusivamente, ao alienante, no caso, a instituição financeira, única interessada na garantia do gravame.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Renato Hinnig
Deputado Manoel Mota
Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Romildo Titon
Deputado Edson Andriano
Deputado Antônio Aguiar
Deputado Herneus de Nadal
Deputado Elizeu Mattos
Deputada Ada de Luca

Lido no Expediente

Sessão de 25/11/08

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei visa dar cumprimento ao art. 1.361, § 1º, do Código Civil, determinando o registro dos contratos de alienação fiduciária em repartição competente.

Aludida legislação não prevê a obrigatoriedade de o gravame ser registrado perante os cartórios do registro civil, títulos e documentos e escriturarias de paz, mas, tão-somente, na repartição de trânsito competente.

A compulsoriedade desta exigência está implícita, também, na Resolução nº 159 de 22 de abril de 2004, Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

Na mencionada Resolução está previsto, no seu art. 2º, que a averbação dos contratos de alienação fiduciária poderá ser implementada pelos DETRANS através de convênios, podendo a sua execução ser conveniada com instituição investida de competência, nos termos da Lei.

Também na justificativa, para a edição da Resolução nº 159, de 22 de abril de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN foi considerado que a obrigatoriedade do registro de contrato com cláusula de garantia real visa a dar autenticidade e efetividade às relações jurídicas e que a anotação decorrente do gravame permite maior segurança para instituições financeiras.

Daí que, diante desta premissa, sem dúvida alguma, o único beneficiário da anotação do gravame é, exclusivamente, a instituição financeira, cabendo a esta, via de consequência, o pagamento dos emolumentos decorrentes deste ato e não o contribuinte adquirente do bem.

Neste sentido, a proposição do presente projeto de lei visa a dar amparo ao adquirente do bem alienado, desonerando do pagamento de mais um emolumento, do qual o único beneficiário é a instituição financeira, a qual deverá arcar com o ônus da anotação decorrente do gravame.

De qualquer sorte, caso o Estado opte realizar convênio com o Sindicato dos Oficiais do Registro Civil, Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas e Escriturarias de Paz do Estado de Santa Catarina, deverá atentar para o contido no parágrafo único do art. 2º do presente projeto de lei, qual seja, que o contribuinte adquirente do bem alienado não seja onerado no registro do gravame decorrente da alienação fiduciária.

*** X X X ***

PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO**PROPOSTA DE SUSTAÇÃO DE ATO Nº 002/08**

PSA/0002.8/2008

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON, PRESIDENTE DA COMISSÃO E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Os Deputados subscritores, nos regimentais termos dos artigos 330 a 332, requerem a apreciação da presente Proposta de Sustação da Portaria nº 039/DETRAN/ASJUR/2008, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina nº 18.486, de 12 de novembro de 2008, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passam a expor:

1 - conforme preceitua o artigo 40, VI, da Constituição Estadual, em literal reprodução da regra do artigo 49, V, da Constituição Federal, a sustação de ato normativo emanado do Poder Executivo tem cabimento diante de duas situações fáticas: a **exorbitância do poder regulamentar** e/ou dos **limites de delegação legislativa**;

2 - a Portaria objeto do presente requerimento, estabelece em seu art. 1º a obrigatoriedade do registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos automotores, a serem emplacados no Estado, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Santa Catarina;

3 - a Portaria extrapola seu poder regulamentar na medida em que inova obrigação não prevista em lei, senão vejamos o disposto no art. 1361, § 1º, do Código Civil:

"Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§ 1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público o particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículo, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se anotação no certificado de registro." (grifo nosso)

4 - da mesma forma, o disposto na Portaria do Detran contraria o que estabelece o CONTRAN, no art. 1º e 2º da Resolução nº 159, de 2004, assim transcrito:

Artigo 1º - "Nos contratos de cláusulas de alienação fiduciária, os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão proceder ao registro do contrato de alienação fiduciária dos veículos registrados e licenciados junto à sua base estadual"

Artigo 2º - "O registro de que trata o artigo 1º desta resolução é atribuição dos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, podendo a sua execução ser conveniada com instituição investida de competência, nos termos da Lei."

5 - assim posta a legislação pertinente, fica evidenciada a não obrigatoriedade em registrar em cartório os contratos de alienação fiduciária na compra de veículos automotores, antes de registrá-los no Detran;

6 - em ADIN de nº 2007.015656-6, o Tribunal e Justiça de Santa Catarina, decidiu preliminarmente pela inconstitucionalidade da medida. Importante salientar, que não houve julgamento do mérito, porque o Poder Executivo revogou o convênio, ficando a ação sem objeto;

7 - entretanto, o Poder Executivo, utilizando-se de artifício não convencional, editou a atual Portaria nº 039/DETRAN/ASJUR/2008, como forma de restabelecer a obrigatoriedade julgada ilegal;

8 - o ônus que se tenta impor à população catarinense, também foi intentado em outros estados, contudo o Superior Tribunal de Justiça os tem julgados como improcedentes, a exemplo do ocorrido nos estados de São Paulo e Paraná;

9 - ainda, a Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública no dia 4 de novembro de corrente ano, na qual o diretor Nacional do DENATRAN, Sr. Alfredo Peres da Silva, afirmou categoricamente que o referido registro em Cartório não é necessário;

10 - não bastassem todas as argumentações legais, a medida vem na contramão de todo o esforço do Governo Federal, em manter a atividade econômica aquecida por meio da oferta de crédito, inclusive disponibilizando recursos para os Bancos das Montadoras.

Destarte, ante o exposto, os signatários peticionam pelo acaatamento do pleito, com o devido processamento junto à Comissão, nos termos dos artigos 330 a 332 do Regimento Interno.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2008

Deputado Sílvio Dreveck
Líder da Bancada do PP
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Valmir Comin
Deputado Reno Caramori
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Jandir Bellini

Lido no Expediente
Sessão de 25/11/08

*** X X X ***

REQUERIMENTO**REQUERIMENTO Nº 009/08**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO RQS/1217.9/2008

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40 do Regimento Interno, **REQUEREM** a constituição de Fórum Permanente para o acompanhamento das obras de construção do novo Aeroporto Internacional de Florianópolis.

JUSTIFICATIVA

Há pelo menos três anos o aeroporto da Capital opera além de sua capacidade.

Atualmente, o aeroporto atende 2,2 milhões de passageiros por ano, e com a construção do novo terminal, o aeroporto passará a atender 2,7 milhões de passageiros. Hoje o aeroporto tem 8.440 metros quadrados de área construída e no novo haverá 33.600 metros quadrados. No momento o aeroporto não tem pontes de embarque, mas após as obras passará a ter quatro pontes.

Com as obras, o pátio principal será aumentado de 20.187 metros quadrados para 141.698, com isso a capacidade de aeronaves no pátio passará de 5 para 12, além do crescimento de pontos comerciais, de 41 para 64.

A Infraero vem adiando, constantemente, a data de início das obras de construção do novo aeroporto. Em nota, à Imprensa Catarinense, admitiu que a reforma foi prorrogada para o ano de 2012.

O Parlamento não pode ficar omissivo perante esta situação, devendo posicionar-se, visando o início das obras.

Sala das Sessões, em
Deputado Marcos Vieira - Líder da bancada do PSDB
Deputado Sergio Grando - Líder do PPS
Deputado Rogério Mendonça
Deputada Ada De Luca
Deputado Edson Andriano
Deputado Romildo Titon
Deputado Cesar Souza Junior
Deputado Elizeu Mattos

APROVADO EM SESSÃO DE 25/11/08

*** X X X ***